

A cidade do lado da cultura: Espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural

1. INTRODUÇÃO

Algures entre os anos de 1755 e 1757, o filósofo e matemático francês Jean d'Alembert escreveu um texto para a *Encyclopédie* sobre a cidade de Genebra em que, entre outras considerações, lamentava a ausência de teatro naquela cidade. Em seu entender, tal resultaria da natureza calvinista e ascética de Genebra e dos seus habitantes. O texto suscitou a reacção de Jean-Jacques Rousseau que, em Outubro de 1758, fez surgir a sua famosa *Lettre à Mr. d'Alembert*, a quem acusava de soçobrar ao espírito cosmopolita da época, cujos valores, argumentava, reduziam a «delicadeza dos sentimentos» e corrompiam a honestidade dos sujeitos (Rousseau, 1948).

Rousseau via o espectáculo em geral, e o teatro em particular, como perversos factores de corrupção e de subordinação dos homens à frivolidade e ao divertimento, capazes de os fazerem perder o sentido de virtude colectiva: «As pessoas – afirma – julgam que se encontram umas com as outras no espectáculo, mas é aí que cada um se isola; aí esquecem-se dos amigos, dos vizinhos, daqueles que lhes são próximos, e deixam-se atrair por histórias, choram o infortúnio dos mortos e riem à custa dos vivos» (*ibid.*: 21). Aos olhos de Rousseau, ao deslocarem a atenção dos sujeitos da vida real, o espectáculo e o teatro, tido como «antro de obscuridade», semeiam o tédio e a «inacção insuportável», pelo que apenas sujeitos «descontentes consigo próprios» podem sentir necessidade de um tal «divertimento estrangeiro».

Seria difícil encontrar hoje, em qualquer parte do mundo moderno, uma tão aguerrida oposição ao espectáculo público e, muito particularmente, às artes

performativas e do teatro. De igual modo, não seria fácil encontrar, mesmo entre os discursos mais atentos aos riscos actuais de descaracterização das culturas locais, de tonalidade conservadora ou progressista, uma argumentação tão cerrada em favor da preservação da moral e da virtude pública como a que Rousseau expende em torno de Genebra. Pelo contrário, não seria difícil enunciar um coro de reservas e lamentos acerca da potencial delapidação dos patrimónios e culturas locais resultante da livre circulação de produtos culturais ou outros originários do estrangeiro ou, se se preferir, da moderna cultura global.

Não sendo do viés contraditório que a *Lettre à Mr. d'Alembert* possa introduzir no pensamento de Rousseau que queremos tratar aqui, vale a pena, porém, assinalar como se revela hoje tão deslocada quanto sensata esta suspeita rousseauiana sobre a cultura cosmopolita e a circulação de bens culturais. É esta intrigante dissonância de uma mensagem que nada e que tudo parece ter a ver com os nossos dias que nos leva a abrir com Rousseau um texto acerca do redesenvolvimento cultural das cidades contemporâneas.

Queremos partir do princípio de que a cultura, nas suas mais diversas concepções e manifestações, tem uma espacialidade própria. Desde logo, num sentido físico mais restrito, a espacialidade da cultura diz respeito aos lugares e equipamentos especializados, sejam eles teatros, auditórios, museus ou galerias, onde se experimentam actos estéticos de criação artística. Mas a espacialidade da cultura é também e sobretudo uma espacialidade social e política mais ampla. Quando adiante falamos de cultura urbana e global, ou de terceiras culturas, ou de espaços públicos ou privados, referimo-nos tanto a modalidades de relacionamento social como a expressões artísticas ou a formas de comunicação e acção política que se desenrolam em contextos e modos de ordenamento social específicos. É esta contextualização da acção social que remete para o sentido amplo da espacialização da cultura que utilizamos neste texto e que estipula os termos da reflexão sobre as condições em que a cultura surge transformada em ingrediente de renovação potencial da vida social nas cidades contemporâneas.¹

Retomemos de novo Rousseau. À sua maneira, a *Lettre à Mr. d'Alembert* pode servir de ilustração da espacialização da cultura de que estamos a falar.

1. Utilizamos a noção de espacialização (ou, como adiante, espacialização social ou mesmo espaço social) sob inspiração de Rob Shields (1991, 1997), para nos referirmos a uma dimensão sociocultural e não apenas física e territorial do espaço e dos seus usos colectivos. A espacialização é entendida como configuração territorialmente ordenada, segundo critérios de investimento e participação pessoal e racional dos sujeitos, que, assim, conjugam elementos comportamentais, expressividades físico-corporais, recursos linguístico-discursivos e referências simbólicas e culturais como forma de atribuição de significado e sentido de lugar às suas condições identitárias. Entre nós, uma recente reflexão sobre as representações dos espaços sociais pode encontrar-se em António Teixeira Fernandes (1999: 89-132) e em Filomena Silvano (2001).

Por isso, seria injusto oferecer do autor e do seu escrito apenas uma imagem de obstinada oposição ao teatro e ao «divertimento estrangeiro». A justiça devida ao autor dos famosos *Discursos...* impõe duas notas breves de esclarecimento da sua posição e, assim, dos termos em que entendemos estar ali contida uma dada versão de espacialização social da cultura. A primeira nota diz respeito ao facto de, na concepção da relação entre cidade e cultura que lhe subjaz, a *Lettre à Mr. d'Alembert* surgir alinhada com o caudal imenso de argumentos anti-urbanos e, muito em particular, anticospopolitas, que se foi constituindo historicamente e para o qual o século XVIII se revelou especialmente fértil. A segunda nota refere-se à alternativa que Rousseau oferecia ao teatro e ao espectáculo encenado, traduzida na exaltação da «festa republicana», de raiz popular, supostamente «transparente» e autêntica por natureza, feita no espaço da rua, a céu aberto, em que o «povo se encontra para festejar e lembrar» (*ibid.*: 168 ss.), como forma de celebrar e alimentar o espírito de comunidade no seio da cidade.

Associadas entre si, a rejeição frontal da cultura cosmopolita e a glorificação da festa popular são fruto de uma marcada ideologia moralista, já assinalada por Richard Sennett (1978: 117-118), combinada com um não menos forte sentimento de nostalgia. Se, na verdade, a denúncia do teatro como predador da identidade de Genebra e do carácter dos seus residentes resulta do moralismo subjacente à destrinça que estabelece entre as cidades pequenas, como Genebra, onde preponderariam virtudes e qualidades nobres, e as grandes metrópoles, como Paris, onde se multiplicariam apenas vícios e falsidades,² por outro lado, a preferência de Rousseau pela festa decorre das entusiásticas recordações da sua infância em Neufchâtel (*ibid.*: 80) e das suas vivas memórias do baile do Regimento de Saint-Gervais (*ibid.*: 181).³

2. Vale a pena citar mais longamente o texto da *Lettre...* «A grande cidade, cheia de gente intriguista – diz Rousseau – (...) sem religião nem princípios, com uma imaginação depravada pela ociosidade, pela indolência, pelo apego a caprichos e grandes desejos, só pode dar origem a aberrações e inspirar a criminalidade; numa grande cidade os costumes e a honra nada representam, porque os indivíduos podem facilmente esconder a sua conduta do olhar público, e porque só são reconhecidos graças à sua reputação e admirados pela riqueza que possuem. (...) Mas nas pequenas cidades, nos lugares menos povoados, em que os indivíduos estão continuamente sob o olhar do público, é precisamente o inverso que vigora. (...) Numa pequena cidade, salvaguardadas as proporções, a agitação é menor que numa capital, porque as ambições são mais comedidas e as necessidades menos urgentes, em contrapartida, é nas pequenas cidades que os indivíduos são mais originais, que a actividade imaginativa é mais intensa e é nelas que surgem coisas verdadeiramente novas; porque na pequena cidade, devido à escassez de modelos, a imitação não é tão notória, os indivíduos tornam-se mais engenhosos e empenham-se mais profundamente em tudo aquilo que fazem, porque o espírito humano, mais circunscrito e menos submerso em opiniões vulgares, forma-se e fermenta melhor na solidão tranquila; porque vendo-se menos imagina-se mais; enfim, porque menos sujeitos a constrangimentos temporais, temos mais tempo para cultivar e digerir os nossos pensamentos (Rousseau, 1948: 78-80).

3. O ambiente da festa do Regimento, descreve-o Rousseau de forma empolgante, sem deixar de recorrer à

A espacialização da cultura em Rousseau, portanto, pode ser sintetizada na ideia de que as pequenas cidades são particularmente vulneráveis às investidas culturais dos centros cosmopolitas, perante as quais devem precaver-se, buscando refúgio nas expressões genuínas e populares da sua cultura local. Rousseau, sabemo-lo, não esteve nunca isolado nas suas preferências e avaliações. O curso da história, a evolução da técnica e das formas de pensamento, porém, reduziram substancialmente, ou eliminaram mesmo, o terreno em que, de outra maneira, a avaliação de Rousseau sobre a relação da cultura com a cidade se poderia ter propagado. A industrialização e a diversificação das trocas mercantis e a concomitante complexificação da paisagem urbana cedo fizeram deslocar os termos da avaliação sobre a natureza da cidade, do mesmo modo que alteraram o entendimento da sua relação com a cultura. São variadas, portanto, as questões que a estratégia de Rousseau põe hoje à nossa reflexão, pelo que o seu texto é apenas um pretexto para as considerações que produziremos de seguida.

É difícil imaginar que, se politicamente pretendida, a preservação das culturas locais e das identidades das cidades possam ser alcançadas, nos nossos dias, por intermédio de uma qualquer autarcia cultural, avessa à negociação e ao contacto com outras formas e arranjos políticos e culturais. Tal decorre do facto de a cidade que conhecemos hoje, saída de transformações importantes ocorridas na era da industrialização, ser sinónimo de heterogeneidade social e cultural, de relativização de perspectivas e de afirmação de enorme diversidade de estilos e comportamentos sociais. Sem que estejamos a rejeitar a presença de muitos destes traços na cidade pré-industrial, queremos tão-só sublinhar que as cidades e as metrópoles contemporâneas e as culturas que geram e que as envolvem constituem uma condensação sem precedentes daquela heterogeneidade e diversidade. Sem deixarem de ser segregadoras, desiguais nas oportunidades e fracturadas social e politicamente, e por isso mesmo, da cidade e da metrópole contemporânea emergem narrativas diversas que ora põem em evidência a desorientação dos sujeitos e a perda do sentido de lugar, ora celebram o seu potencial democrático e emancipatório.

O que é uma cidade?, interrogava-se Lewis Mumford em 1937, para responder de pronto que a cidade é a teatralização da acção social e a estética simbólica da unidade colectiva (Mumford, 1937). A ideia de cidade como espectáculo, que nos remete para os antípodas da leitura de Rousseau, sempre teve intérpre-

mensagem que o seu pai lhe transmitia sobre o acontecimento: «Jean-Jacques, dizia-me ele – escreve Rousseau – ama a tua terra. Repara nestes bons genebrinos. São todos amigos, todos irmãos. Entre eles, reinam a alegria e a concórdia... Um dia verás outras gentes ... mas não encontrarás nunca coisa igual» (*ibid.*: 182).

tes consagrados. A interrogação que nos merece esta interpretação é a de saber se o espectáculo e, assim, a cultura urbana, estão a matar ou a vivificar as próprias cidades e de que modo.

Desde a era da industrialização que as cidades não param de crescer e de se multiplicar.⁴ Tal crescimento, feito à custa do gradual esvaziamento sociocultural dos centros históricos das cidades e do alargamento das suas periferias e subúrbios, arrastou consigo renovados receios sobre as virtudes da vida e da cultura urbana (Short, 1991; Arantes, 1997). Os centros das cidades, em vez de traduzirem, de modo permanente, a heterogeneidade e a diversidade da cidade, tornaram-se socialmente mais homogêneos e segregadores ou foram convertidos em lugares de visitaçao e cerimonial, mais ou menos regulares, de turistas e de residentes suburbanos (Chaney, 1993). O desenrolar dramático da vida urbana tem vindo a ficar para trás e o espaço público urbano tradicional,⁵ lugar de acções e interacções significantes, apresenta hoje sinais de retracção e crise (Sennett, 1978; Weintraub e Kumar, 1997). Esta crise e retracção do espaço público das cidades é, entre outros aspectos, resultante da lógica cultural contemporânea que acentua, por um lado, a satisfação pessoal imediata, o individualismo e o reino da privacidade/domesticidade e, por outro lado, da cultura do movimento e da velocidade dos contactos sociais que, transmitida à técnica urbanística, organiza a cidade de acordo com o princípio geral de que os sujeitos se encontram em contínuo trânsito entre lugares. Sem tempo e com cada vez mais reduzido espaço para parar e comunicar, a cidade e a cultura urbana desfiguram o sentido de comunidade e de lealdade que Rousseau elogiava.

Poderá, sem moralismos nem nostalgias, o «palco» do espectáculo urbano, que os centros das cidades e os seus espaços públicos representam, tornar-se lugar de paragem, ocupação e localização de acções sociais,⁶ interrompendo a tendência para o seu uso como suporte apenas da passagem veloz dos sujeitos? Podem a cultura urbana no seu todo e, mais especificamente, as actividades culturais das cidades servir tal desiderato ou, pelo contrário, as suas tendências

4. Com efeito, enquanto em 1990 eram 270 as cidades com mais de 1 milhão de habitantes, prevê-se que a população residente em aglomerados urbanos possa ultrapassar os 3/4 da população mundial em 2010 (United Nations, 1990).

5. A noção de espaço público que utilizamos aqui não corresponde exactamente à «esfera pública» de Jürgen Habermas (1989), porquanto se refere principalmente aos contextos físico-espaciais de localização das sociabilidades e não à comunidade interpretativa, racional e crítica, típica da constituição da ordem burguesa.

6. Estamos aqui a resgatar a contribuição sociológica pioneira de Simmel que desagrega as propriedades do espaço, nomeadamente do espaço urbano, enunciando a sua capacidade para suportar interacções e ser ocupado socialmente («exclusividade»), localizar conteúdos («fixidez») e promover relacionamentos sociais (de «proximidade» e «distância»). A estas qualidades, Simmel acrescenta também propriedades de «fragmentação» do espaço e a sua condição de suporte de «movimento» ou mudança de lugar (Simmel, 1997a).

não podem ser revertidas e limitam mesmo a indagação de alternativas espaciais e práticas à actual organização da vida social?

Este texto está concebido como uma indagação, um ensaio de reflexão sociológica sobre condições, problemas e perspectivas de desenvolvimento das culturas. Não é um texto de análise e divulgação de informação empírica sobre a produção, a circulação e o consumo da cultura nas cidades.⁷ Nem é sequer um texto directamente relacionado com a situação da cultura nas cidades portuguesas. No entanto, ambos os aspectos serão a seu devido tempo trazidos à colação como ilustrações de tendências gerais ocorridas nas culturas e nos espaços das cidades. Na verdade, depois de algumas considerações acerca da gradual e recente retracção do espaço público urbano em Portugal, ocorrida após um breve período de eufórica explosão do espaço da rua, daremos conta da tendência para uma maior centralidade das políticas culturais como forma de redesenvolver as cidades. São várias as dificuldades que uma estratégia de desenvolvimento e modernização urbanos com base nos recursos da actividade cultural, pode enfrentar. Desde logo, esses problemas decorrem da própria natureza da cultura que, ao mesmo tempo que se urbanizou, se foi globalizando, desterritorializou-se e projectou-se num plano cosmopolita. As referências e os actores, as linguagens e os seus significados surgem cada vez mais abstractizados e referidos a universos que, sendo compósitos, suplantam largamente as dimensões localizadas dos seus sentidos. A conversão possível dos sentidos da cultura global, para que sejam acomodados em contextos territorializados, requer um grau de competências técnicas e culturais a que nem sempre, e na verdade só muito raramente, pode aceder a generalidade dos cidadãos ou das instituições. O recurso à intermediação cultural e aos profissionais das terceiras culturas pode ser, por isso, um expediente eficaz. Porém, admitimos que possa também ampliar as ambiguidades da cultura contemporânea e criar dissonâncias várias com projectos que se pretendem revigorantes do local. Procuraremos, em consequência, inventariar um conjunto de circunstâncias que forcem hoje à reformulação da generalidade das concepções convencionais da actividade cultural e da sua natureza. Na relação entre culturas locais e globais, à luz dos efeitos da globalização, das novas tecnologias e do império das indústrias culturais, e tendo em conta os modos como se vão articulando e cruzando expressões da cultura que antes pareciam autónomas, não deixaremos de ensaiar uma reflexão sobre possíveis novas espacialidades da cultura na cidade. Falaremos, então,

7. Os leitores interessados numa «radiografia» actual e detalhada do lugar da cultura e das actividades culturais em algumas cidades portuguesas (Aveiro, Braga, Coimbra, Guimarães e Porto) poderão consultar o trabalho colectivo, coordenado pelos autores deste capítulo [Fortuna e Silva, 2001].

de zonas de intermediação (terceiras culturas, zonas de contacto e de espaços de proximidade relacional), que poderão enunciar potenciais alternativas, quer ao desgaste do espaço público, quer ao privilégio dos espaços privados de hoje. Deixaremos o texto e as nossas reflexões em aberto, sem resposta pronta, pois que assim parece recomendável quando nos interrogamos sobre se a cultura está a matar ou a vivificar as cidades, os seus espaços relacionais e a vida social dos cidadãos.

2. ESPAÇO PÚBLICO EM RETRACÇÃO

Começemos com Portugal. Se atendermos a alguns dos contornos da participação social, cívica e cultural dos portugueses em tempos recentes, devemos reconhecer que a instauração do regime democrático em 1974 trouxe sinais importantes de avaliação do lugar dos espaços públicos na vida das cidades. Sujeita a oscilações de natureza e volume, esta participação pública dos portugueses pode ser tratada como estando sujeita àquilo a que chamaremos ciclos de governação política das cidades. De 1974 até aos nossos dias podemos identificar três destes ciclos, organizados em torno de dois eixos articulados entre si: a vitalidade da sociedade civil e a capacidade de organização e regulação do Estado.

O primeiro ciclo de governação política das cidades pode designar-se como ciclo de espontaneidade. Correspondeu ao chamado período revolucionário imediatamente após Abril de 1974 e, grosso modo, iniciou a sua decadência com a aprovação da nova Constituição da República em 1976. Foi um ciclo curto, marcado pela mais exaltante manifestação de participação popular na vida pública em Portugal. As cidades, as suas ruas e praças, os cafés e os vários recintos constituíram-se, então, em cenários de entusiásticas manifestações públicas de indivíduos, grupos e movimentos sociais que os apropriaram culturalmente, dinamizando-os e sujeitando-os a novas leituras e códigos de interpretação simbólica. Perante um elevado grau de desregulação do Estado e de confronto de lógicas de legitimidade opostas, este foi um período de intenso reequacionamento das anteriores formas de ordenamento político e social, sobre o qual se lançaram as bases da institucionalização do regime democrático. «Participar» era a palavra de ordem mais mobilizadora que, pode dizer-se, continha uma carga simbólica muito particular: a de estar na rua, em grupo, soltando gestos e opiniões. Neste sentido, a segunda metade dos anos 70 em Portugal correspondeu a um ciclo de governação dominado pela centralidade do factor político e da vida pública participada.

A esta fase sobrepôs-se um *segundo ciclo de governação*, de feição mais institucionalizadora e centrado predominantemente em matérias de natureza política formal e socioeconómica. O que mais o caracteriza é a gradual recomposição política e institucional do Estado em Portugal, quer da administração central quer autárquica, mais visível no decurso da década de 80. Amorteceu o ímpeto anterior da sociedade civil, cujo dinamismo foi sendo gradualmente cooptado e regulamentado. O papel institucionalizador de «legisladores e intérpretes» (Bauman, 1987) foi essencial para reconfigurar conteúdos e modos de expressão da fase de espontaneidade anterior no sentido da constituição do que Boaventura de Sousa Santos designou por «sociedade civil secundária» (Santos, 1990). A adesão de Portugal à União Europeia em 1986 viria a condicionar os níveis de organização e participação social, do mesmo modo que codificou os termos da discussão política que foi sendo canalizada para o domínio do desenvolvimento socioeconómico e de infraestruturização do país. Medidas de descentralização política e administrativa acompanhavam o desenvolvimento de políticas sociais. No domínio da acção prática, a esfera cultural permaneceria remetida a um plano secundário, sem implicações nas administrações públicas e com penúria de recursos por parte dos grupos e associações artísticas e culturais autónomos. Por seu turno, as iniciativas culturais do sector privado, lucrativo ou não, revelavam-se de alcance reduzido, em regra pontuais e tímidas nos objectivos.

Num encadeado de acções políticas, estratégias e agentes, foi-se insinuando um *terceiro ciclo de governação política* das cidades, cujo pano de fundo tem sido o esforço de concretização da europeização. Trata-se de um ciclo de modernização do país e das cidades pela cultura que, de modo geral, começou a despontar na década de 90 e sob o qual ainda vivemos. Minorada a preocupação com a infraestruturização do país, o novo ciclo de governação veio dar relevo ao papel da cultura e do ambiente urbano na modernização e desenvolvimento da sociedade portuguesa. São tempos de busca de compaginação de Portugal com padrões económicos, educativos e culturais europeus, que têm reclamado uma crescente intervenção institucional do Estado e das autarquias⁸ e uma partici-

8. É manifesta nesta fase a influência crescente dos programas e acções estratégicas da Comunidade Europeia que envolvem e condicionam a participação do Estado português e de numerosas cidades. Para ilustrar esta situação recordem-se os seguintes: «Livro Verde sobre o Ambiente Urbano» (1990), lançamento do Programa URBAN (1994), o «Projecto de Cidades Europeias Sustentáveis» (1993) e a Carta de Aalborg (1994). No plano especificamente nacional, merecem ser assinaladas iniciativas programáticas ligadas às condições de vida urbana como sejam os Planos de Desenvolvimento Regional (1989-1993, 1994-1999 e 2000-2006), a intervenção centrada no «Ambiente e Revitalização Urbana» (no quadro do 1º PDR), o «Plano Urbano» (1992) que previa entre outras acções dedicadas a «Espaços Públicos em Zonas Urbanas Degradadas», o lançamento do PROSIURB (1994), programa destinado, entre outros aspectos, à «Valorização das

pação crescentemente codificada dos cidadãos, grupos e movimentos sociais. Perante os efeitos mais amplos e mais sensíveis da globalização da cultura e da comunicação, estes anos 90 assistem também à transformação do cenário económico e empresarial, com incidência na massificação dos consumos e o aprofundamento da sujeição das cidades e da sua organização e planeamento à lógica do mercado.

Começam neste período a detectar-se sinais de definição de políticas culturais mais objectivas e precisas. Neste domínio podem distinguir-se duas tendências principais de actuação: uma primeira refere-se ao recurso a iniciativas culturais como forma de projecção externa da imagem do país ou de cidades específicas, enquanto a segunda assinala uma maior preocupação com a criação de infraestruturas e equipamentos culturais que, gradualmente, passaram a atrair a si a variedade de iniciativas culturais antes dispersas.

No que diz respeito à primeira tendência, e a título de ilustração apenas, deve assinalar-se o ciclo de grandes acontecimentos internacionais de prestígio em que Portugal participou ou que organizou (Europália, Lisboa' 94, Festival dos Cem Dias, Expo' 98), que terão contribuído para reorientarem a paisagem cultural do país, mais particularmente a paisagem cultural e também física e arquitectónica, como no caso da Expo' 98 e da cidade de Lisboa (Ferreira, 1998; Ferreira e Indovina, 1999). O Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura, por entre hesitações estratégicas e deficiências de planeamento, ou a organização do Euro 2004, são outras iniciativas de prestígio internacional por cujos impactos, evidentemente, teremos que aguardar para julgar do seu efectivo contributo cultural local e/ou nacional.

Ainda neste domínio das realizações culturais de projecção internacional, que funcionam como uma espécie de tecnologia da imagem internacional das cidades, registe-se a patrimonialização e concomitante turistificação dos conjuntos urbanos e monumentais de um número de cidades. Estas medidas concretas, convertidas, em alguns casos, no reconhecimento internacional por parte da UNESCO, como nos casos pioneiros de Angra do Heroísmo e de Évora, traduzem uma espécie de globalização simbólica dos patrimónios históricos edificados das cidades, com efeitos sobre as economias locais, a oferta cultural

Cidades Médias» e, por fim, o «Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social» (1998). O conjunto destas medidas, cujo impacto no entanto não estamos a avaliar, está a ser coroado, no momento em que escrevemos este texto, pela aprovação do Programa POLIS, que se anuncia com objectivos gerais de promoção da requalificação e revitalização dos centros urbanos, a melhoria do ambiente urbano e a oferta de soluções relativas ao tráfego automóvel num conjunto de cerca de duas dezenas de cidades portuguesas. No quadro do POLIS confluem, portanto, uma série de medidas e acções que, a partir da paisagem física, não deixarão de se reflectir no plano social, estético, patrimonial, identitário e cultural das cidades em causa.

e a paisagem estética dos lugares (Fortuna, 1997; Peixoto, 1997). Outras situações, ainda que menos salientes internacionalmente, referem-se a casos de cidades em que recentes actividades universitárias têm dinamizado as respectivas economias locais e reconvertido de modo sensível a paisagem cultural local, como nos casos mais sensíveis de Aveiro, Braga e Évora.

Quanto ao segundo tipo de acções, transparece uma renovada preocupação com o planeamento de políticas culturais. Esta situação pode ser ilustrada recorrendo à informação disponibilizada, recentemente, num estudo coordenado por Maria de Lourdes Lima dos Santos (1998).⁹ Os dados disponíveis, referentes à primeira parte da década de 1990, para além de assinalarem um gradual aumento da despesa das administrações públicas (autárquica e central) com a cultura, põem em relevo o investimento crescente das autarquias que, em 1995, terão mesmo ultrapassado a administração central quer em termos absolutos (16,833 milhões face a 14,743 milhões de escudos, a preços constantes de 1985), quer em termos relativos ao PIB (0,26% da primeira, face a 0,23% da segunda) (*ibid.*: 92-93). Em conformidade com o traço principal do terceiro ciclo de governação política das cidades que referimos, a administração local regista um aumento gradual da sua despesa total com a cultura, passando dos 47,7% em 1990 para os 53,3% em 1995 (*ibid.*: 92-93). Uma parte substancial deste investimento autárquico na cultura (cerca de 1/3) concentra-se em áreas «tradicionais» como o património, as publicações, os recintos e actividades socioculturais. As actividades «em emergência» como a música, as artes cénicas e plásticas, o cinema e a fotografia tendem a coincidir com as escolhas sectoriais do investimento da administração central (*ibid.*: 108-109). Tal cumulatividade não suscita, à primeira vista, demasiadas interrogações. Contudo, se atendermos à tendência para o recuo da despesa da administração central com a cultura, pode admitir-se que a administração local possa vir a confrontar-se com dificuldades acrescidas decorrentes da sua menor capacidade para atrair parceiros dispostos a investir consigo na cultura, mesmo quando se regista, em várias cidades médias portuguesas, uma tendência para o alargamento da oferta cultural, caucionado pela instalação de novos equipamentos, recrutamento de recursos humanos e organização regular de iniciativas culturais várias (Silva, 2001).

Esta capacidade para atrair parcerias, sendo mais forte na administração central, torna legítima a suspeita de desvitalização ou redução das iniciativas culturais promovidas pelas administrações locais, que ficam dependentes do apoio governamental ou dos desígnios do sector privado, lucrativo ou não-lucra-

tivo. A ser assim, e na medida em que não sejam devidamente assegurados mecanismos de efectiva descentralização e autonomia das autarquias, é legítima a suspeita acerca da sobrequalificação das acções culturais de origem estatal ou governamental, a que se associa o reforço da polarização em Lisboa e Porto da esmagadora maioria dos equipamentos e realizações culturais, bem como da sua privatização e sujeição às regras do mercado. Neste caso, acentuar-se-á em Portugal, como no resto da Europa, a tendência para uma crescente privatização e comercialização da actividade cultural, traduzida em inevitáveis aumentos de preços de bens e serviços, e o uso de recursos públicos (instalações e recintos incluídos) para objectivos privados e lucrativos. Uma tal situação pode revelar-se particularmente preocupante na medida em que, inelutavelmente, reforçará os mecanismos de acesso selectivo e segregado dos públicos da cultura em Portugal, ao mesmo tempo que fará ampliar o universo de práticas culturais que decorrem no domínio privado da domesticidade.¹⁰ Tal evolução não descarta, portanto, a hipótese da contínua retracção dos espaços públicos como lugares de relação dos indivíduos com a cultura produzida, o que se mostra mais apto à reprodução dos padrões de segmentação e elitização social do que à promoção de formas mais densas e democráticas de produção e consumo de cultura.

Em resumo, encontramos-nos hoje num momento em que um conjunto de novos sectores culturais assume um papel estratégico na renovação das cidades e das suas economias locais. Este é o sentido em que falamos de redesevolvimento das cidades em que pontuam iniciativas culturais diversas que alteram profundamente o significado e o lugar marginal que a cultura, tanto a sua produção como consumo, detinha décadas atrás no panorama urbano português. Em redor da cultura e de algumas das suas expressões materiais nas cidades (equipamentos especializados, zonas comerciais, projectos de reconversão e de renovação de espaços marginais ou decadentes, entre outras situações) estamos a assistir à criação de novas centralidades urbanas, com renovadas funções (lúdicas, culturais e educativas), associadas a novas modalidades de comunicação e ao surgimento de novos agentes culturais especializados e novos campos de acção de que está a resultar uma profunda reconfiguração física e também estética e simbólica da cena urbana portuguesa e, em particular, dos seus espaços públicos.

Como veremos adiante, muitas destas transformações são resultado da acção de um grupo de especialistas e profissionais atentos a programas e projectos transnacionais – a «massa crítica» de que fala Sharon Zukin (1991). A lógica

9. A informação contida neste parágrafo é toda ela retirada deste trabalho de síntese.

10. Veja-se, a este propósito, entre outras, a síntese incluída em Carlos Fortuna *et al.* (1999).

da sua acção profissional é, normalmente, mesmo quando procuram conservar os valores do local, a lógica do mercado e do consumo globais, pelo que, para que o redesenvolvimento cultural das cidades possa ser coerente e o valor cultural do local não se dilua na cultura de mercado, é fundamental que os interesses, projectos e referências culturais destes especialistas possam articular, numa espécie de conferência de consenso, com interesses, projectos e referências culturais locais (Zukin, 1991: 195, 201-2; Bianchini e Schwengel, 1990).

Por isso, como tem sido assinalado a propósito de outros contextos (Bianchini e Parkinson, 1993; Zukin, 1995; Scott, 2000), as situações de maior sucesso dessas medidas de renovação e redesenvolvimento cultural das cidades – aferido pela sua capacidade de encorajar novas formas de vida pública – surge intimamente associado a um nível elevado de envolvimento e participação cultural dos diferentes agentes locais, suportado por medidas de descentralização e autonomia política. Pelo contrário, na ausência destas medidas e consensos o redesenvolvimento cultural das cidades pode redundar em exclusão social, fechamento ou atomização dos sujeitos no espaço privado, com prejuízo da consolidação da participação na vida pública de um conjunto de agentes de idade, sexo, classe, estilos de vida e etnias diferentes. Neste sentido, a cultura pode surgir como catalisador de novas fronteiras e assimetrias sociais, o que põe em evidência a natureza das políticas culturais e os modos de organização das cidades e dos seus espaços públicos. Mas há também sinais contrários e a dinâmica de criação cultural não convencional por parte de associações e grupos urbanos e suburbanos, em geral jovens, desenvolvida em espaços não convencionais (da rua, à fábrica devoluta), deve ser tomada em conta como forma alternativa de re dinamização cultural das cidades e dos seus espaços. Ou seja, para parafrasear Edward Soja (1996), pode dizer-se que se a cultura pode desenvolver e reestruturar as cidades, retirando-as da situação de crise social e de valores, devemos estar atentos ao facto de que esse redesenvolvimento e reestruturação podem, por sua vez, dar origem a novas crises e desequilíbrios sociais e culturais.

3. FRAGMENTOS E INCOERÊNCIAS DA CULTURA URBANA

Não é fácil desenhar políticas culturais nem organizar as cidades e os seus espaços de modo a promover, eficaz e duradouramente, uma vida social mais participada e democrática. A possibilidade de os espaços públicos urbanos serem convertidos em lugares de maior e mais alargada participação e consumo cultural é, pois, uma questão em aberto. O equacionamento desta hipótese

requer, por um lado, que se perspectivem as transformações por que está a passar a cultura urbana e, por outro, que se avaliem os termos em que a globalização, as relações de mercado e o desenvolvimento tecnológico condicionam a evolução das cidades e as práticas culturais contemporâneas.

Dissemos atrás que a industrialização originou um crescimento imparável do mundo urbano. As cidades, desde então, não apenas assistiram ao adensamento da residência, dos locais de oferta de trabalho e de consumo como, concomitantemente, sofreram profundas alterações nas condições e modos de vida social, política e institucional que albergam. Estas alterações autorizam que caracterizemos o século XX como o tempo de consumação de um processo longo de urbanização da cultura, que traduz e consagra a plena hegemonia da cultura gerada nas cidades face a outras expressões culturais não-urbanas. A concentração sem paralelo no espaço urbano de equipamentos, serviços e bens materiais, culturais e simbólicos é apenas um sinal desta hegemonia cultural das cidades.

A moderna cultura urbana atenua as barreiras entre a «cultura do povo» e a «cultura de elite» que mantinham separadas e incomunicáveis as principais classes sociais do *ancien régime*. Em alternativa a esta polarização, gradualmente, assistiu-se à instauração de uma vida urbana, cultural e institucional mais agregadora e abrangente socialmente (Roncayolo, 1999), de que ressalta o crescimento das classes médias que, neste contexto, ilustram uma espécie de convergência ao centro das classes sociais polares e das respectivas expressões e produtos culturais típicos. Ao mesmo tempo que «produtos culturais de elite» se popularizaram, expressões da «cultura popular» foram-se elitizando, gravitando umas e outras em torno do chamado *cash nexus*. Esta «filosofia do dinheiro» e do mercado veio caucionar novas sociabilidades geradas na cidade moderna, alinhadas pelo princípio da mercadorização das condições de produção, circulação e apropriação e consumo dos bens e serviços culturais. Por esta razão, a cidade de hoje é marcada por uma cultura de fracturas e distâncias que a distingue de uma outra qualquer comunidade regida por princípios de partilha, comunhão de interesses e equidade social. Não se tratando de uma cultura de consagração da harmonia ou do consenso social, estipula condições desiguais de acesso a direitos e revela uma cidadania disputada, objecto de conflitos sociais e políticos dispersos.

Como qualquer entidade cuja unidade resulta da fragmentação dos seus elementos, a cidade e a cultura urbana são realidades incoerentes, recheadas de subcidades e subculturas. São estes fragmentos, no entanto, que constituem a cidade e a cultura urbana no seu todo, e lhes dão vigor. Trata-se de um vigor paradoxal. Perante o reforço da globalização e da flexibilização pós-fordista,

temos assistido à desterritorialização dos fluxos económicos, culturais, simbólicos e informativos (Appadurai, 1990, 1996). Neste contexto, têm-se alargado as oportunidades de revalorização de recursos e renovação das imagens das cidades. O seu resultado tem acentuado a competitividade intercidades (Brotchie *et al.*, 1995), pela qual cada uma manifesta e põe em prática estratégias diversas de reconhecimento e promoção da sua imagem no plano global.¹¹ A identificação de imagens ou de expressões identitárias singulares que promovam uma cidade no plano transnacional, enquanto exercício de fina demarcação e classificação mais ou menos contingente de um ou vários recursos ou fragmentos da condição urbana (Zerubavel, 1991), constitui-se em paradoxo na medida em que incorra na acentuação das fragmentações sociais e políticas que a constituem e preexistem à globalização. É neste sentido que, de acordo com Iain Chambers, muitas cidades estão a perder centralidade cívica, pois que segmentos das suas populações se encontram, como nunca, sujeitos a catalogações ameaçadoras da sua condição e vêem-se convertidos em estigmatizantes minorias étnicas e culturais, ou em (novos) pobres, reformados, inactivos ou delinquentes urbanos (Chambers, 1990: 53).

Resulta daqui que as cidades não podem ser nunca globalmente globais. Perante a série de elementos e condições sociais e culturais que constituem a cidade, a globalização de uns projecta-se na localização de outros, sejam eles grupos ou movimentos sociais, espaços ou monumentos, linguagens, artes ou saberes, actividades ou acontecimentos. Na verdade, no sentido em que Doreen Massey (1993) desenvolve a sua «geometria do poder», esta globalização traduz sucesso de resultados e é sinónimo de aproximação ao centro, enquanto o seu oposto, a localização, significa incapacidade e sujeição à condição de marginalidade social, política e cultural. A «geometria do poder» de Massey limita a condição de marginalização aos efeitos decorrentes de estratégias opressivas das cidades e das sociedades e não deixa espaço para situações de marginalização deliberada e resistente. Por isso, e de modo a contemplar as situações em que grupos ou movimentos sociais se põem deliberada e assumidamente «ao lado», parece ser heurísticamente mais adequado falar-se de um efeito de *lateralização social*¹² para cobrir outras situações que não apenas as da subordinação polí-

11. Evidentemente que ao lado deste processo de competição existem também situações de promoção da cooperação internacional de cidades, como no caso das geminações ou da constituição de redes de cidades, constituídas principalmente em torno de programas culturais (Xavier, 1999). Na medida em que as mesmas cidades se encontrem envolvidas em situações de ambas as naturezas, poderíamos falar de situações de *coopetição*.

12. O uso da expressão «lateralização social» não rejeita e contém mesmo uma relação de poder e de «subordinação» política como a que Doreen Massey faz assinalar. A opção por aquela expressão decorre, no entanto, do facto de parecer adequado dar conta da existência de uma horizontalização das diferenças

tica opressiva que a globalização e a promoção transnacional das cidades podem originar. A noção de *lateralização*, sem rejeitar um sentido de imposição de uma condição de subordinação, contudo, admite que uma tal condição resulte de escolhas conscientes e politizadas.¹³ Esta condição de marginalidade conscientemente assumida é particularmente pertinente quando enuncia formas específicas de se «estar na margem» que, para bell hooks, destacada analista das virtualidades criativas da marginalidade radical, podem traduzir um «lugar de criatividade, poder e... resistência» que oferece a possibilidade de «afirmação e sustentação das subjectividades, (...) a partir das quais se constrói um outro sentido do mundo» (hooks, 1990: 152-153).

Este «outro sentido do mundo» esclarece os termos em que antes dissemos ser a cidade um espaço de cidadania disputada. Com efeito, ela revela e constitui-se de lutas sociais em torno da afirmação e do reconhecimento dos direitos e identidades dos diferentes grupos sociais. Na medida em que estabelece e reforça situações de *lateralização social*, a acção das cidades, sobretudo em situação de promoção transnacional da sua imagem, desenrola-se numa estratégia insidiosa de dissipação ou «estética do desaparecimento» de alguns grupos, como sustentaria Paul Virilio (1989), estipulando fragmentações e fronteiras sociais, políticas, espaciais e mesmo estéticas.¹⁴

quando tratamos do significado político das espacializações na cidade contemporânea. As visões do mundo e dos lugares podem assim ser interpretadas como visões «centrais», opostas a outras visões «ao lado», ou «periféricas». Neste sentido, reconhecemos pertinência ao juízo de Alain Touraine quando se exprime dizendo que «estamos, hoje, a viver um momento de transição de uma sociedade vertical, a que nos tínhamos habituado a designar por sociedade de classes, [...] para uma sociedade horizontal, em que o que importa é saber se estamos no centro ou na periferia» (Touraine, 1991: 166).

13. Esta questão tem sido recentemente posta em relevo por inúmeras contribuições de autores e estudos da subalternidade ou pós-coloniais. Para referir apenas alguns casos, tenham-se em conta as reflexões, por exemplo, de Gayatri Spivak (1988) (em torno da «aceitação radical da vulnerabilidade»), de Homi Bhabha (1994) (sobre o «terceiro espaço» e a enunciação das diferenças), de Trinh Minh-ha (1991) (acerca da «anarquia da diferença» e «comunidades de resistência») ou de bell hooks (1990) (em redor da «prática cultural contra-hegemónica»).

14. No domínio da estética decorativa das cidades, algumas expressões desta *lateralização social*, como os *graffiti* por exemplo, surgidos no seio da cultura juvenil do South Bronx dos anos 70, é um bom exemplo da estratégia de dissipação dos centros hegemónicos e ilustra, igualmente, a espacialidade resistente e o sentido criativo do cosmopolitismo de grupos subalternos. Na verdade, a conotação dos *graffiti* com sinais identitários de grupos e (sub)culturas ameaçados está sujeita a interpretações estereotipadas de marginalidade ou mesmo perigosidade social, delinquência e criminalidade, na precisa medida em que a partir dos espaços e zonas pobres e marginais das cidades foram chegando aos centros residenciais mais centrais, ricos e poderosos das cidades e aos transportes públicos urbanos. Fora do seu espaço confinado, os *graffiti* são vistos por grupos dominantes da cidade como o «lixo» que, como assinala Mary Douglas, a cultura ocidental reconhece na «matéria fora do lugar» (Douglas, 1966: 35) e sintoma de desorganização da ordem estética das cidades, pelo que se tornaram objecto de custosas campanhas de limpeza de muros, fachadas de prédios e transportes públicos nas zonas centrais das cidades. Torna-se, deste modo, manifesta a contradição entre uma concepção de espaço público como espaço acessível a todos e o sentido de uma crescente privatização e controlo de quem pode e de como se pode usar esse espaço (Breitbart, 1998). Referências à cultura dos *graffiti* e dos *graffiters* nas cidades portuguesas podem encontrar-se nos estimulantes textos de

Ora a fronteira, como Simmel sintetizou, não é um elemento espacial com efeitos sociológicos, mas, pelo contrário, um facto sociológico com efeitos espaciais (Simmel, 1997a: 143), o que reforça a ideia de incoerência da cidade. A sua cartografia é por isso difícil ou mesmo impossível de estabelecer, porque as fronteiras que a delimitam, quer face ao exterior quer internamente, são construídas e imaginadas socialmente. Podem por isso ser trespassadas e tornadas móveis a todo o instante. De um ponto de vista material, as zonas centrais e periféricas da cidade estão hoje em ligação íntima, promovida pelos transportes e os modernos meios tecnológicos de comunicação. De um ponto de vista das sociabilidades e das suas espacialidades, os domínios do público e do privado também se encontram em situação de contaminação e mútua influência. De um ponto de vista cultural, aquilo que é central num dado momento ou perspectiva pode tornar-se marginal no momento seguinte ou noutra perspectiva. Mais do que um jogo de dualidades, este é um jogo de recombinações de referências, estilos e práticas sociais que conduz à experiência da incoerência cultural como condição moderna da vida urbana (Simmel, 1949). Ser-se incoerente é, neste sentido, estar-se, a um tempo, nos diferentes lados das fronteiras imaginadas, seja por efeito da lógica da presença ou da ausência e da invisibilização autoritária ou deliberada. Por esta razão, a necessidade de se desenharem novos «mapas cognitivos» (Jameson, 1988) como forma de sustentar identidades e subjectividades significativas é um dos maiores desafios da cidade e da cultura urbana contemporâneas.

4. GLOBALIZAÇÃO, MERCADO E PRÁTICAS CULTURAIS

A simples enunciação das condições de hibridismo cultural, ou da contaminação dos campos e expressões artísticas, da natureza social e profissional dos agentes de cultura, ou das redes e assimetrias que marcam o campo cultural no seu todo é apenas uma forma de lidarmos com a questão da cidade e da cultura. Entendida esta, num sentido limitado, como campo relativamente especializado de actividades expressivas e performativas, sujeito a uma lógica global de mercado, e relacionado directamente com grupos, práticas e representações sociais diversas, o equacionamento da sua relação com a cidade e os espaços públicos requer uma reflexão acerca dos efeitos práticos que o referido hibri-

dismo de culturas pode ter para o planeamento estratégico das actividades culturais nos contextos urbanos.

Na sequência destas considerações sobre a cultura urbana contemporânea, podemos agora concentrar-nos na reflexão sobre os efeitos da globalização nos mecanismos e condições de produção, distribuição e consumo de bens e símbolos culturais.

Se aceitarmos a distinção proposta por Diana Crane (1992) entre os domínios central, periférico e urbano do sistema de produção cultural, é difícil tomar outro ponto de partida para uma análise das relações entre processos de globalização e dinâmicas culturais que não seja a constatação geral da afinidade entre a progressão da globalização e o desenvolvimento das indústrias culturais que comandam o domínio central do sistema cultural. Os *media* de grande circulação, com destaque muito especial para a televisão, mas também a indústria do cinema e a indústria do disco (e suportes de gravação e difusão musical associados), constituem os sectores mais precoce e plenamente integrados na lógica de crescimento do mercado que, nas últimas décadas do século XX, levou da internacionalização à globalização da economia e dos símbolos.

Esta integração reforçou, por sua vez, duas tendências pesadas: por um lado, a tendência para a intensificação da forma industrial de organização das actividades e dos bens culturais (produção de massas, para mercados vastos; predomínio da função de produção e distribuição sobre a função de criação; inovação tecnológica, etc.); e, por outro lado, a tendência para a hegemonização dos campos de produção e consumo cultural pelo que Crane apelidou de *media culture*. A consequência óbvia é a redução do espaço ocupado pelas práticas de criação e fruição ligadas às (continuamos a servir-nos da terminologia de Diana Crane) *urban arts*, esses bens e acontecimentos tipicamente ancorados em contextos locais e urbanos, materializados em artes performativas, instituições de artes plásticas e conjuntos variáveis de manifestações artísticas que desafiam as divisões canónicas. Três das suas características mais decisivas – o predomínio da criação na cadeia de valor, a estruturação em redes e a associação a ambientes socioculturais caracterizados por elevados capitais médios de escolaridade e informação e fortes cumplicidades de trajecto e *habitus* entre os diferentes agentes, produtores, mediadores ou consumidores – são outros tantos factores estruturais que conduzem à inovação, fazendo desta parcela da cultura urbana a força liderante da dinâmica cultural. O recuo do seu espaço significa, pois, a redução do campo de possibilidades de experimentação e mudança.

Por duas vias complementares – porque acentua a natureza massificada da produção cultural industrial e porque reduz o espaço da inovação estética – o desenvolvimento das indústrias de cultura, no quadro do processo de globaliza-

Filomena Marques *et al.* (1999) e de José Machado Pais (1993). Uma versão ilustrativa do discurso radical da intolerância policial perante os *graffiti* pode encontrar-se nas declarações de William Bratton – ex-comandante da polícia de Nova Iorque – aquando da sua visita recente a Portugal (*Expresso*, 28/10/2000).

ção, pressiona à homogeneização. Também no plano cultural, a intensificação da circulação mundial de capitais, bens e símbolos, o aumento das interdependências no sistema mundial e a emergência do Planeta ele próprio como a escala de referência das actividades e das organizações, operam uma extensão a novas áreas geográficas do modelo de produção que domina o sistema cultural dos países centrais (e muito à frente de todos os demais, os Estados Unidos da América). Também neste movimento a globalização traduz uma tendência para o alargamento e aprofundamento da hegemonia e a transformação de uma realidade «local» numa presença planetária.

Destaquemos, portanto, estes dois factos maiores: primeiro, as indústrias culturais constituem o sector do campo cultural mais adequado e mais beneficiado com o processo de globalização; segundo, a ligação que daqui resulta multiplica os indutores de uniformização do lado da oferta.¹⁵ Acontece, porém, que a dinâmica de globalização, ao mesmo tempo que contraria a diversidade cultural quando vista do lado da oferta, não deixa também de pô-la em evidência, quando vista do lado da procura. Não se trata, seguramente, de um paradoxo. Mas trata-se, isso sim, de um importante elemento de tensão. Chegando mais longe e a mais gente, a produção da *media culture*, por mais uniforme que seja, em cada conjuntura e sector, defronta-se com a enorme variedade cultural dos grupos sociais que vão tendo acesso a ela. Numa fórmula expedita, proposta ainda por Diana Crane (1992: 172), pode dizer-se que ao impulso de homogeneização na oferta contrapõe-se um impulso de heterogeneização na procura.

É preciso demorarmo-nos um pouco nesta questão, porque nela reside um dos pólos principais da interpelação que a cultura faz, ou pode fazer, à globalização.

É importante a distinção entre o sentido antropológico da cultura, como o conjunto global das formas de representação e acção e das realidades, materiais ou intangíveis, que delas resultam, e a definição sectorializante de cultura, que remete para aquilo que, em cada momento, cada sociedade vai apartando institucionalmente como criação, transmissão e recepção cultural. Sendo importante, porém, esta distinção não é suficiente. Para compreender as interacções de um e outro termo desta dicotomia, importa, se não desfazer, pelo menos complexificar a dicotomia.

Nos campos culturais instituídos como tais, a diferença entre as lógicas e os processos da criação erudita, da consagração, conservação e transmissão patri-

monial (e, designadamente, escolar), e da chamada cultura de massas, para consumo alargado, é incontornável – havendo ainda que ter em atenção a dialéctica entre formas clássicas e formas experimentais de criação cultural erudita. Da banda dos «leigos», isto é, dos que não ocupam posições e desempenham papéis socialmente reconhecidos como de fabricação (em sentido amplo) cultural, porque não são autores, ou críticos, ou distribuidores, ou produtores, ou intérpretes, etc., sendo, por definição, a sua prática culturalmente estruturada e estruturante, é preciso distinguir as várias dimensões dos seus quadros culturais de referência. Porque há um nível geral no qual «cultural» quer denotar as dimensões simbólicas de qualquer acção, do mesmo modo que há níveis de sucessiva especificação, nos quais atendemos aos padrões organizados de conduta, às expressões e formas de expressão, às obras culturais (Silva, 1994: 15-37). Portanto, não se trata apenas dos choques mais ou menos dramáticos entre as tradições dos meios sociais, por assim dizer à margem da modernização, e o formidável avanço da cultura de massas do Primeiro Mundo. No processo complexo (e fascinante, do ponto de vista de uma análise sociológica) que cada acto de consumo de um bem ou evento cultural põe em marcha, estão em jogo as relações entre a conformação material e simbólica deste bem ou evento e as disposições e competências práticas, as linguagens, os padrões de orientação comportamental, as narrativas e as representações do mundo, as obras referenciais que entretanto surgiram, quer dizer, não só os *habitus*, enquanto estruturas incorporadas, como também os patrimónios, as tradições, as artes e outros bens colectivos mobilizáveis, os carris de acção e as possibilidades de combinação por eles abertas. É por tudo isto que seria radicalmente absurda a ideia de que a expansão das indústrias culturais significaria, *ipso facto*, a modelagem das mentes e dos comportamentos num só padrão: nem a influência sobre os receptores é tão automática, nem o resultado da intersecção dessa influência com a acção dos receptores é tão uniforme.

O mundo da cultura é incomensuravelmente mais lato e diverso do que o sector específico das indústrias de cultura, os seus símbolos e ícones. Uma pressão para a uniformização decorrente da hegemonia destas indústrias constitui um factor de redução de diversidade naquele mundo, mas não a anula imediatamente. Por outro lado, os próprios alargamento e aprofundamento dos movimentos de integração de grupos sociais no sistema de produção cultural mundial trazem consigo (dada a riqueza cultural que informa os grupos e dada a não-passividade dos receptores) forças de heterogeneização, possibilidades de entrecruzamento e alimentação recíproca entre as formas socioculturais inscritas nessa produção e as formas culturais inscritas nas obras, nos *habitus* e nas práticas de referência dos integrados.

15. A palavra «uniformização» deve ser lida com cuidado. Quer assinalar duas dimensões associadas: homogeneização e estereotipagem. Pressão para a convergência das formas culturais privilegiadas no desenho da produção e distribuição industrialista; e fixação dessas formas em torno de estereótipos, imagens, narrativas e símbolos de estreito espectro, facilmente reconhecíveis e restituíveis pela grande massa dos consumidores.

É possível, ou desejável, avaliar a natureza e a qualidade das dinâmicas de retroacção provenientes da diversidade cultural dos «leigos»? Pensar, por exemplo, em termos de «resistência» ou «contrapoder» destes às influências das indústrias de cultura? Ou, então, especificar os dois factores estruturais provavelmente mais decisivos, na organização, no território e na duração das culturas – as nações e as línguas – e passar, de imediato, à análise crítica das motivações e dos resultados das estratégias de política cultural (ou política *tout court*) para a defesa das línguas e das culturas nacionais, face às ameaças imperiais das línguas e culturas francas da nossa contemporaneidade (isto é, para sermos breves, o inglês e a indústria cultural anglo-saxónica)?

Não o cremos. O que está principalmente em causa, sem negar a validade e a pertinência do quadro geral até agora apresentado, como aproximação inicial ao problema, é sobretudo afiná-lo e matizá-lo, a partir da elucidação da complexidade dos vários jogos de poderes que o constituem.

A dinâmica e os efeitos da globalização não são, de facto, redutíveis à simples indicação do império das indústrias culturais oriundas do Primeiro Mundo. Conviria, desde logo, destacar tudo quanto, no processo de desenvolvimento destas indústrias, da sua inserção na economia mercantil e do seu relacionamento com outros subcampos da produção cultural (nomeadamente o campo erudito clássico e o campo experimental ou vanguardístico), obriga a rever a caracterização tradicional em termos de reprodução em larga escala para mercados vastos e indiferenciados. As indústrias culturais, no sentido preciso do conceito, quer dizer, aquelas que incorporam directamente elementos culturais e simbólicos na sua cadeia de valor, depressa constituíram, por o serem, um sector pós-fordista. Desde os anos 50, o mais tardar, foram segmentando o seu mercado e adaptando os seus produtos e estratégias de distribuição aos atributos e interesses específicos de audiências particulares. Foram combinando a lógica industrial da reprodutibilidade com a incorporação de elementos produtivos e ingredientes de promoção comercial capazes de representarem e cativarem os princípios e as procuras de raridade e distinção (Santos, 1994), da mesma forma que, evidentemente, foram antecipando o movimento geral da economia no sentido do que Lash e Urry (1994) chamaram a acumulação reflexiva e a passagem de um sistema de bens e serviços a um sistema de redes e signos.

Em conjugação com as transformações entretanto ocorridas no campo da produção cultural «pura», e designadamente com as induzidas pela experimentação «anómica» e a consagração do poder do artista, enquanto criador de obras culturais, por virtude da sua intervenção intencional sobre qualquer material, objecto ou ideia independentemente da sua «nobreza», «dignidade» ou proximidade aos cânones da tradição artística (Bourdieu, 1989: 255-279), esse desen-

volvimento pós-fordista das indústrias culturais foi tornando menos estanques as divisórias entre, por exemplo, «arte pura» e «arte comercial» e entre pequenos artistas independentes e grandes firmas de produção e distribuição. A própria expansão mercantil não deixou de abrir novos «nichos» de mercado, onde a agilidade da pequena iniciativa pôde fazer valer o seu trunfo, e usá-la sistematicamente como zona e agente (assim como portador de riscos) de inovação e experimentação. Basta recapitular a história de uma das mais poderosas indústrias culturais, o cinema de Hollywood, para verificar a importância decisiva da pequena produção independente: de facto, o império das grandes companhias *majors*, construído desde os anos 30, e acelerado na sequência da Segunda Guerra Mundial, havia sofrido um importante revés, na década de cinquenta, com a emergência da televisão e as leis antimonopolistas que, obrigando à separação entre propriedade dos estúdios de produção e propriedade das salas de exibição, ameaçara a integração vertical que lhe tinha servido de pilar. E foi, nos anos 70, a vitalidade dinâmica de uma nova geração de criadores, saídos de escolas superiores, dominando as novas possibilidades de linguagem, tecnologia e imaginário e respaldados em pequenas produtoras, que renovou drasticamente o cinema norte-americano, refrescando e reforçando a sua liderança mundial. Por seu lado, a revolução tecnológica dos anos 80, com a fecundação recíproca das tecnologias de informação e das telecomunicações e a abertura do largo território de exploração cultural e comercial que é o multimédia, mudou bastante as condições de entrada e sucesso no sector empresarial da cultura, criando, por um lado, maior margem de manobra para a pequena iniciativa e a lógica de investimento em rede e no fio da navalha da experimentação de última geração, mas favorecendo também, por outro lado, os meios de controlo dessa fronteira avançada por parte de conglomerados da indústria e do comércio.

Duas consequências, portanto (M. L. L. Santos, 1994, 1999). A primeira é que a globalização liderada pelas indústrias culturais intensifica, como já ficou escrito, as forças de «uniformização» cultural; mas esta «forma» hegemónica é dotada de plasticidade e acolhe internamente elementos compósitos. O seu poder de adequação a públicos diferenciados e de assimilação de materiais, expressões e mensagens culturalmente diversificadas não deve ser, pois, subvalorizado. A segunda consequência é que o sistema de relações entre os vários campos da produção cultural tornou-se menos polar; as divisões internas entre subcampos e a conflitualidade que delas decorre estão a ser moduladas pela extensão e a variedade dos meios e modalidades de associação e, especificamente, de integração de actores, tópicos e estilos oriundos da produção «pura», clássica ou experimental, e das zonas de cruzamento entre a cultura erudita, a

cultura de massas e o quotidiano urbano, no sistema tutelado pelos conglomerados culturais. Hegemonia, sim: mas isto está longe de significar eliminação daquilo que a ela supostamente escaparia por natureza e/ou simplificação ou empobrecimento da «textura» do sistema.

O segundo factor de complexificação da perspectiva analítica sobre a globalização da cultura diz respeito ao modo como se estruturam as relações que articulam o sistema mundial. É verdade que, no plano cultural como nos outros planos relevantes, o Primeiro Mundo hegemoniza claramente o processo de globalização – a qual é, por isso, quando avaliada segundo o critério das relações de poder que exprime e reforça, uma triadização (Estados Unidos/União Europeia/Japão, acopladas as respectivas regiões de influência mais directa). Mas este facto não é o único caracterizador das dinâmicas socioculturais.

A globalização alargou consideravelmente o âmbito das formas culturais onde a grande produção para mercados planetários poderia ir beber motivos de inspiração e materiais de trabalho. Vários «localismos» foram assim globalizados, designadamente pela indústria do turismo, pela combinação entre espectáculo e competição desportiva, de um lado, e televisão, do outro, e pelos circuitos musicais. Basta pensar nas novas escalas de difusão e consumo internacional de músicas de raiz popular, regional ou nacional, a estruturação e desenvolvimento do segmento da música *world*. No contexto das viagens e do turismo, a busca da primordialidade e do exotismo, nas novas condições de mercado, potenciou a exploração económica e simbólica de territórios, grupos e práticas tornados «bens culturais».¹⁶

Depois, o alargamento dos mercados, constituindo, como já notámos, uma *diversificação* de mercados, vai fazendo valer (se é que não exige) as estratégias de penetração, comercial e cultural, por adaptação – na lógica do que vários autores designam de «japonização», ou «localização» do global. Quer dizer, fica cada vez menos possível tratar indiferenciadamente os públicos sem cuidar da diversidade de maneiras de ser e agir e das referências simbólicas (tradições, linguagens, ícones, etc.) que os caracterizam. A articulação entre a lógica da expansão planetária (com as *top lists* musicais, a difusão quase instantânea da informação e do entretenimento televisivo, as grandes produções cinematográficas, e por aí adiante) e a atenção aos planos e elementos de variação, devidos,

16. Dois exemplos característicos (citados ambos por Lash e Urry, 1994) são, por um lado, a compra, em 1977, por empresários turísticos, da vila californiana de Locke, «típica» pelos seus trabalhadores rurais de origem chinesa, para ser promovida como «a única Chinatown rural intacta dos Estados Unidos», e, por outro lado, alguns anos mais tarde, a celebração de um acordo entre uma empresa multinacional de viagens e a tribo Masai, do Quênia, pelo qual a empresa pagaria rendas e direitos aos Masai em troca do compromisso de estes viverem perpetuamente «como Masai».

entre outras coisas, às diferentes configurações das identidades culturais (sejam elas nacionais, supranacionais ou subnacionais) – sendo ela própria uma outra manifestação do princípio geral de jogo entre reprodutibilidade e raridade que pontua o desenvolvimento geral das indústrias culturais, ao longo da segunda metade do século XX – ganha outra dimensão com a mudança de escala e devém uma preocupação *económica* maior da grande produção e distribuição cultural.

Mas não é apenas do lado da realização dos mercados que a atenção à «rugosidade» dos terrenos culturais se faz sentir. O aumento de interdependência representou e representa também oportunidades de protagonismo na área da oferta cultural, que vários países vêm explorando, seja por via de afinidades regionais ou linguísticas, seja por via de valorizações mais ou menos conjunturais das suas imagens de marca. O desenvolvimento da indústria audiovisual brasileira e, em particular, das «telenovelas», a irradiação do cinema indiano ou, mais recentemente, do novo cinema da Taiwan ou Hongkông, são casos ilustrativos deste movimento de dispersão multipolar de centros emissores de produtos de cultura, entretenimento e lazer, movimento que não põe em causa a dinâmica forte da globalização, mas, pelo contrário, se adequa a ela e dela beneficia.

Aliás, não é apenas no plano das indústrias culturais propriamente ditas que incide esta combinação entre extensão planetária de um paradigma claramente hegemonizado pelo Primeiro Mundo e criação de nichos e oportunidades multilocalizadas de afirmação internacional, a partir de recursos e singularidades «locais». No domínio das artes performativas, a abertura contemporânea ao encontro e à miscelânea cultural, em ambiente multicultural e em lógica intercultural (de fecundação recíproca de expressões e obras oriundas de diferentes contextos civilizacionais e de diferentes histórias culturais), constitui, hoje, com particular intensidade, porventura, na dança e nas artes cénicas, uma área de excelência da criação e do consumo estéticos. E um meio fortemente internacionalizado como é o das artes plásticas tem assistido, também, à emergência de movimentos cujo trunfo principal é o *scarto* – a «distância produtiva» face ao centro hegemónico, a qual, sem significar excentricidade e exterioridade irreversíveis, representa, contudo, uma margem de variação e afirmação singular, cuja aplicabilidade ao sistema da arte português dos anos 80 foi evidenciada por Alexandre Melo (Melo, 1994; Ginzburg *et al.*, 1991: 5-117).

Chegamos, agora, ao terceiro dos factores de complexificação do entendimento sociológico da globalização que gostaríamos de colocar em relevo. Ele tem a ver com, digamos, as zonas de cruzamento entre os fluxos de símbolos e

obras que circulam planetariamente e as diferentes configurações culturais que definem populações, territórios e organizações sociais. Por duas razões. A primeira deriva da força dinâmica da tensão que se instaura continuamente entre o conjunto de linguagens, símbolos e valores que o «circuito» mundial alimenta e as realidades caleidoscópicas a que a globalização o faz chegar. A segunda, que redobra a primeira, resulta directamente de estas próprias realidades serem *internamente* heterogêneas e diversificadas.

É que, ao contrário do que enunciam automaticamente as dicotomias da modernização – opondo a aceleração temporal, a compressão espacial e a diferenciação social da modernidade às supostas imobilidade e indiferenciação das sociedades tradicionais – as configurações socioculturais «locais» são, muitas vezes, riquíssimas, do ponto de vista dos encontros e fecundações que operaram e continuamente operam. Como notou, por exemplo, Mike Featherstone (1995: 118-119), as cidades coloniais foram arenas multiculturais, muito antes de o serem as metrópoles urbanas do século XX. Nem se trata, pois, na globalização, de uma *impressão* tal qual do paradigma hegemónico nos meios em que penetra, nem se trata apenas da variação dos seus efeitos segundo a variação de realidades nacionais ou regionais tidas por homogêneas.

Os sincretismos culturais, a dinâmica da «crioulização», como recriação de uma nova e densa forma-em-movimento, em função das encruzilhadas e encontros de identidades e alteridades e dos jogos de influência multicultural, precedem a globalização propriamente dita. Basta pensar na formação histórica da nação norte-americana ou na América Latina, com a sua triangulação entre ameríndios, hispânicos e africanos. Mas a globalização potencia drasticamente essa dinâmica. Featherstone (1995: 8-10) falou de «brasileirização» para designar a tendência e colocou-a, a par da já referida «japonização», para conotar as lógicas de adaptação ao local do global, e da «americanização», para conotar a tendência mais conhecida de globalização do local (por exemplo, o Far West ou a Coca-Cola), como uma tendência estruturante da globalização.

Cruzamento, portanto, hibridação. Porque o aspecto a salientar aqui é a formação de novas formas culturais, compósitas, a partir dos cruzamentos. E é, ainda, a emergência e intensificação, ao lado, além ou aquém das formas interculturais, de formas e actores *entre-as-culturas*, pessoas, grupos, redes, estilos ou práticas que se afirmam pela agilidade e mobilidade de que dão provas, por fazer valer a travessia, o que é transfronteiriço e transversal, também no domínio da relação entre culturas. Por resultarem da tensão, tantas vezes explosiva e traumática, entre o Nós e os Outros, e entre o Uno e o Múltiplo, os híbridos – sejam eles cosmopolitas ou profissionais das chamadas terceiras culturas que referiremos adiante – empurram no sentido da descategorização, porque frag-

mentam as realidades que fazem comunicar. O que antes dissemos acerca do processo de promoção internacional de imagens e recursos das cidades é bem ilustrativo desta situação. Não é, pois, tanto o aparecimento de novas categorias, ou não é tão-só o aparecimento de novas categorias, que desafiam leituras e concretizações canónicas da distinção entre o local e o global, o endógeno e exógeno, o próprio e o alheio, o tradicional e o moderno, o local e o cosmopolita, a norma e a dissidência, como, também, o questionamento dos *termos* das categorias e das dicotomias que elas instauram.

O aprofundamento analítico do problema transcende o âmbito deste capítulo. Implicaria atender a, pelo menos, duas dimensões. Uma é a articulação entre a hibridação agora salientada, induzida pelas dinâmicas de encontro entre circuitos globalizados e realidades empiricamente diferenciadas, e o outro grande indutor de hibridação, no plano cultural, que é a transformação da hierarquia dos níveis de cultura, resultante das intersecções entre cultura erudita, popular e de massas. A outra dimensão é constituída pelo jogo de tensões entre (simplifiquemos por razões de exposição) a abertura cosmopolita (dito de outro modo, a penetração exterior) e a radicação identitária em torno de um complexo de símbolos e obras que são socialmente consideradas como primordiais e singularizantes e que podem ser apercebidas como encontrando-se sob ameaça de dissolução por efeito daquela abertura.

A globalização, já o escrevemos, não consiste apenas no aumento da mobilidade e das interdependências, no quadro do sistema mundial. Ela representa também a imposição deste sistema, co-extensivo do Planeta, como *a* escala relevante para a acção e a organização social, num número crescente de domínios. No da cultura, isto significa *novas condições e formas de emergência do «transnacional»*, do que não releva já nem da extensão de um dado modelo para fora do seu universo de referência (em regra, um universo nacional, isto é, a combinação entre território, história e cultura), nem da articulação internacional (encontro, cooperativo ou competitivo, de vários modelos de raiz histórico-nacional).

Mike Featherstone (1997) chamou «terceiras culturas» a estas formas que, a partir de origens territorialmente precisas, se desenvolveram numa lógica transnacional, ou que estão a nascer já nesta lógica, por via de um sistema de comunicação que deixou de estar «materializado» e contextualizado numa matriz territorial, na maior parte dos casos porque se alimenta de redes. Voltaremos a este assunto e com mais detalhe. Por agora, basta-nos assinalar que a ciência moderna é talvez das mais antigas formas de criação cultural referidas a esta lógica relutante a âncoras nacionais. Outros campos de produção e circulação cultural, quer eruditos quer industriais, apresentam elementos do mesmo tipo,

e o desenvolvimento de formas de organização transnacionais, em torno, por exemplo, do direito, da acção cívica ou do ambiente, potenciam, do seu lado, esta transformação.

Eis, pois, o quarto e último factor de complexificação analítica que queríamos evidenciar nesta secção do capítulo. A globalização não é apenas o processo de extensão quase planetária da hegemonia de indústrias culturais cujo centro emissor é o mundo anglo-saxónico e, dentro dele, os Estados Unidos da América. É isso, basta ver onde chegam hoje os *blockbusters* ou os *hits* musicais, mas não é apenas isso. Também não é apenas um grau acima na competição entre Estados-nações. É isso, basta ver os Jogos Olímpicos ou os conflitos comerciais entre a América do Norte e a União Europeia, em torno dos produtos culturais de exportação, mas não é apenas isso. Porque constitui também – ao menos potencialmente (Featherstone, 1997: 88) – a *emergência de uma cultura global*, de que alguns constituintes estarão por assim dizer além dos quadros de organização nacional.

5. ZONAS DE INTERMEDIÇÃO SOCIAL E CULTURAL

A globalização é uma palavra que indica, não que interpreta ou sintetiza. Indica o problema, não a chave da sua interpretação. Sinaliza uma nova realidade empírica, do fim do século XX, uma nova etapa e um novo quadro do processo de desenvolvimento das interdependências planetárias, de (ao mesmo tempo) integração e polarização do sistema mundial, de impressionante aceleração da mobilidade e dos fluxos de pessoas, bens, capitais e símbolos, etapa e quadro que podem ser vistos em perspectiva com os passos anteriores na direcção da internacionalização e da mundialização. Mas, sinalizada, essa realidade fica por interpretar, se acaso cairmos no uso ritual e *passe-partout* da ideia de globalização. É preciso problematizar, construir modelos de teorização, observação e análise suficientemente finos para dar conta, em profundidade e extensão, do feixe composto de elementos e tendências recoberto pela indicação de globalização.

É preciso, como assinalámos antes, pluralizar – nem que seja, por precaução metódica, para contrariar a tentação de uniformizar e reduzir. *Globalizações*: vários processos, vários factores, várias configurações, vários efeitos da mesma dinâmica. Que a interpretação sociológica considere seja através da mediação dos «quadros», proposta por Appadurai (1990, 1996) (*ethnoscapes, technoscapes, finanscapes, mediascapes, ideoscapes*), seja através dos «espaços estruturais», enunciados por Boaventura de Sousa Santos (1995) (doméstico, do traba-

lho, do mercado, da comunidade, da cidadania e do espaço mundial), ou, então, que é o que aqui se vai ensaiar de seguida, das espacializações sociais que articulam formas de organização e interacção social, designadamente nas cidades contemporâneas.

O quadro de complexificações da cultura sobre que acabamos de tecer algumas considerações torna clara a dificuldade, anteriormente notada, de definir uma visão coerente da expressão cultural das cidades, tal como revela a precariedade das tentativas de estipular imagens consistentes que as promovam no plano da competitividade em que se encontram actualmente. Quando antes falámos de hibridação ou criouliização das culturas, ou enunciámos o processo de lateralização subordinante ou de resistência de certas expressões culturais identitárias presentes na cidade, estávamos, na verdade, a definir um conjunto de possibilidades abertas pela relação local-global a iniciativas culturais dispersas, cujo sucesso depende em grande parte da capacidade de recombinação e cruzamento de elementos oriundos dos mais diversos domínios da actividade social, económica, artística ou cultural num sentido mais estrito.

É este *sentido de recombinação de elementos* que queremos abordar na próxima secção, fazendo inflectir o nosso percurso ensaístico para questões amplas como as competências práticas de agentes determinados, as espacialidades compostas de interacção social e os modos de intervenção na cidade, deixando, a terminar, algumas questões acerca do lugar do espaço público e da sua eventual revitalização.

A plasticidade da realidade social e a multiplicidade e articulação de campos de acção e de referências têm originado um sentimento generalizado de ambivalência e multiplicidade de valores e levado alguns analistas a falar da caoticidade dos tempos actuais. O que está em causa, nesta perspectiva, é a ideia de excesso de significados das coisas e dos lugares que contesta a estratégia modernista de classificação racional. A alternativa tem sido a valorização da metáfora da hibridação ou da contaminação que assinala o surgimento de categorias compostas, seja no domínio das identidades dos sujeitos, seja nas expressões artísticas ou literárias, ou nas próprias concepções do tempo e dos espaços. A metáfora da hibridação e da contaminação, cujas origens remotam à biologia do século XIX (Young, 1994), tem subjacente o princípio da mobilidade dos actores e da permissividade das fronteiras, bem como da fragilidade das classificações. Os objectos ou as situações híbridas revelam sempre, embora em graus variáveis, os antecedentes naturais ou culturais dos elementos que neles se combinam. Por isso, fazem sobressair as zonas de contacto em que aqueles elementos se intersectam e articulam. O reflexo desta situação na investigação académica tem sido a gradual autonomização dos processos e

mecanismos de intermediação, em detrimento dos próprios objectos autónomos e bem delimitados (Rosaldo, 1997).¹⁷

Esta sugestão de procurar dar maior inteligibilidade não só às zonas de cruzamento e contágio entre campos complexos de acção, mas, igualmente, às partes que nelas se fundem, conduz-nos a tentar enunciar, de seguida, algumas zonas de intermediação entre entidades e processos que parecem relevantes para uma reflexão sobre os reajustamentos sociais e culturais decorrentes da globalização e actuanes sobre os modos de organização da cultura urbana e a relação entre espaços públicos e privados.

Destacaremos, deste modo, quatro zonas de intermediação: as «terceiras culturas», as «relações sociais de estranhamento», a «domesticidade» e o «espaço de proximidade relacional».

5.1. Zona de Intermediação 1: Terceiras culturas

A noção de «terceiras culturas», desenvolvida por Mike Featherstone, é um bom exemplo desta situação (Featherstone, 1997: 88-89).¹⁸ O autor refere-se às terceiras culturas como território transnacional de negociação e resolução de problemas surgidos com a globalização e o contacto interculturais. Os seus protagonistas (por exemplo, profissionais do direito internacional ou do *design*, intelectuais e as próprias indústrias culturais de hoje) são, em princípio, detentores de competências técnicas e profissionais específicas que lhes permitem viver «entre culturas» e estabelecer comunicação entre si através da retradução dos seus sentidos e significados. As terceiras culturas são o correlato dos processos de desvinculação e desterritorialização dos seus praticantes e não se reduzem ao somatório transnacional de experiências práticas e conhecimentos locais. Pelo contrário, denotam resistência à acomodação dos elementos culturais locais vernaculares e retiram daí a capacidade para se alimentarem e reproduzirem em condições de relativa independência face a nações, culturas ou

17. Uma boa ilustração desta reconfiguração paradigmática da investigação no domínio da história das culturas encontra-se sintetizada na literatura sobre as diásporas, em que, entre outros, se destaca o trabalho de Paul Gilroy. A sua estratégia metodológica é dirigida à autonomização das zonas de intersecção e contacto de elementos. Assim, afirma, «Em oposição às [...] perspectivas étnicas absolutas, pretendo sugerir que os historiadores culturais podiam tomar o Atlântico como uma unidade de análise singular e complexa [...] e fazer uso dele de forma a tornar efectiva uma perspectiva explicitamente transnacional e intercultural» (Gilroy, 1993: 15).

18. Entre alguns outros exemplos de novas categorias conceptuais surgidas da preferência concedida à análise dos processos de intermediação, contam-se as categorias de *terceiro espaço* – tanto numa dimensão mais física e espacial (Soja, 1996), como mais social e política (Bhabha, 1996) –, ou de *política de campo aberto* (Spivak, 1990) e de *zonas de contacto* (Pratt, 1997).

lugares específicos. Organizadas em torno de recursos próprios de avaliação e julgamento cultural, as terceiras culturas são elas próprias objecto de disputas culturais.

As terceiras culturas remetem-nos para um universo de cosmopolitismo prático. Os cosmopolitas não estão nunca no lugar da mesma maneira que estão os cidadãos localizados, nem os lugares têm para aqueles o mesmo sentido antropológico e a mesma materialidade que revestem para estes. A relação do cosmopolita com o lugar pode ser vista como profundamente nostálgica, funcionando, no máximo, como lembrança de um passado pré-cosmopolita, quando o mundo parecia de extrema simplicidade e clareza (Hannerz, 1996: 110).

A emergência de uma cultura global, pese embora a sua tendência homogeneizadora, ao alargar o campo das oportunidades e a diversidade cultural, promove a constituição da condição cosmopolita e a competência técnica dos profissionais das terceiras culturas. De outra maneira, a homogeneização cultural eliminaria a razão da existência dos cosmopolitas e dos profissionais das terceiras culturas baseada na conservação da diversidade e da singularidade cultural (1996: 110). De modo inverso, a condição territorializada das culturas locais existirá apenas enquanto se relacionarem com a cultura global e a intermediação cosmopolita.¹⁹ Por outras palavras, entre cosmopolitas e locais estabelece-se uma relação comprometida e tácita de sobrevivência mútua, imposta pelos limites da homogeneização cultural e pelo risco de extinção da diversidade.

Nos termos em que se produz e faz circular hoje a informação e o conhecimento, a comunicação entre cosmopolitas e locais é desigual, dada a supremacia dos sistemas de significação e de intencionalidade dos primeiros. A autenticidade cultural do local é por isso traduzida a cada passo no confronto com critérios, linguagens e sistemas de preferência translocais, que escapam ao controlo do cidadão comum. Por exemplo, o desenvolvimento urbano de hoje, em que pontuam intervenções estéticas e artísticas a cargo de especialistas da arquitectura e do urbanismo, exclui os não-especialistas da sua apreciação ou contestação (Miles, 1997: 131). As estratégias urbanísticas e paisagísticas pós-modernas que apostam na exclusão de grupos sociais dependentes ou vulneráveis dos centros das cidades (Davis, 1992), mesmo quando justificadas formal-

19. Evidentemente que o custo político desta sobrevivência cultural do local reside na contínua reelaboração dos elementos autênticos e vernaculares que os singularizam e diferenciam. A intensificação das relações mercantis, a reprodução infundável dos lugares e das culturas, a readaptação e incorporação de elementos modernizantes nas tradições, ritos e símbolos exemplares, são circunstâncias que concorrem para a hibridação e descaracterização de culturas cuja autenticidade não passa hoje de uma autenticidade encenada (Fortuna, 1999: 60-6).

mente na base da funcionalidade da cidade, da intencionalidade dos edifícios, ou da promoção da «transparência» e «abertura» dos espaços, não deixam de revelar um discurso de hipocrisia e autoridade assente no monopólio de *expertise* dos seus mentores e protagonistas (Brain, 1997).

Este monopólio de *expertise* corresponde a uma daquelas circunstâncias particulares que interferem sobre os termos em que os sujeitos se relacionam. Assim, por exemplo, a relação de comunicação estabelecida entre representantes de interesses localizados e os seus pares cosmopolitas ou profissionais globais passou a ser condicionada pela interposição destas circunstâncias ou factores não-humanos que, sem negarem a capacidade e a vontade dos sujeitos para comunicarem entre si, reconstituem os termos em que aquela comunicação se desenrola (Urry, 2000: 14). O grau de maior ou menor resistência, visibilidade e reconhecimento do local encontra-se, cada vez mais, desligado daquilo que os seus representantes conhecem, e mesmo de *quem* conhecem e *com quem* se relacionam,²⁰ e, em contraposição, surge crescentemente condicionado por circunstâncias e «ambientes» sociais e técnicos alheios à vontade destes.

As novas tecnologias de comunicação e informação constituem uma destas circunstâncias de intermediação e contacto entre representantes das culturas locais e globais. Em nosso entender, estão hoje a potenciar possibilidades comunicacionais renovadas e a alargar os espaços de subjectividade e os universos culturais de referência e de influência dos sujeitos e grupos sociais (McBeath e Webb, 1997). Com a globalização da comunicação e a correspondente difusão dos meios técnicos (máquinas e objectos) e dos conteúdos que a suportam (imagens, textos, narrativas) estamos a assistir, hoje, à paulatina constituição de uma espécie de novo *ethos* cosmopolita.²¹ Este tanto pode actuar no sentido do reforço da ordem institucional global como se lhe pode opor. Se o recurso às novas tecnologias de informação/comunicação pode servir os mais diversos intuítos e programas de acção individual ou colectiva, em consequência, o emergente *ethos* cosmopolita pode revelar efeitos contraditórios e dispersos. Gostaríamos, sobretudo, de assinalar a possibilidade de este *ethos* em emergência – forjado tanto pelo confronto inusitado dos sujeitos com desigualdades e diferenças sociais e culturais como pela identificação de semelhanças entre sistemas de acção social, cultural ou política – estar hoje a fomentar reaproximações entre culturas, lugares e discursos antes isolados e incomunicáveis. A sua

incorporação em comunidades atravessadas por divisões simplistas (*nós e outros*, por exemplo), tende a produzir efeitos no relacionamento entre lugares e grupos sociais que, até há pouco, se conheciam apenas através de conotações simbólicas de oposição e distância (Shields, 1997). Este *ethos* pode constituir um meio de as comunidades locais e os cidadãos resistirem à descaracterização da sua cultura, se não determinando aquilo que deve ou não ser aceite como influência externa, pelo menos condicionando os seus usos e significados práticos.²² Por outro lado, este novo *ethos* constitui-se também através da divulgação de mensagens e imagens locais que se propagam e alargam pela via tecnológica a um universo amplo de actores. A globalização gera assim a sua própria oposição, permitindo que acções, grupos ou movimentos contra-hegemónicos, políticos, religiosos ou culturais, rompam o que, de outra maneira, seria uma lógica de continuidade universal das mensagens institucionais globais.

Estamos, portanto, a insistir num sentido muito específico das virtudes cosmopolitas daquele novo *ethos* em constituição, que é o de gerador de códigos alternativos e linguagens solidaristas que capacitam os sujeitos para o diálogo com a diversidade cultural e a alteridade, em oposição aos códigos e linguagens instrumentais que validam apenas a satisfação pessoal ou as «comunidades autocentradas». Só assim podemos admitir que o novo *ethos* se revele capaz de gerar uma consciência crítica e de resistência à descaracterização do local. Por esta razão, o sentido que atribuímos a este *ethos* só pode frutificar nos termos das hipóteses que Boaventura de Sousa Santos tem vindo a desenvolver em torno dos movimentos sociais contra-hegemónicos e do seu potencial alternativo e emancipatório, na base do qual se pode configurar um sentido progressista de cosmopolitismo (Santos, 1995, 2001). Neste sentido, então, é legítimo sustentar que as modernas tecnologias de informação possam revelar-se recursos decisivos de intermediação, a partir dos quais os «mapas cognitivos» – para usar de empréstimo uma vez mais a expressão de Fredric Jameson – do local e do global podem ser reelaborados.

20. Este fora um dos ensinamentos do estudo clássico de Robert Merton, em particular da análise sobre as relações da pequena comunidade de Rovere com o mundo envolvente de há algumas décadas atrás (Merton, 1968: 454). Uma aplicação deste princípio foi recentemente ensaiada por Fernando Ruiivo no seu estudo sobre as autarquias portuguesas (Ruiivo, 2000).

21. A expressão é inspirada na noção de *ethos global*, avançada por Rob Shields (1997: 197).

22. Quando, em diversos estudos sobre os impactos socioculturais da requalificação urbana, se sublinha a ideia de uma «cidade revanchista» (por exemplo Neil Smith, 1996) pretende-se precisamente assinalar a capacidade de as cidades ou comunidades contestarem os impactos das soluções urbanísticas ou outras formatadas a partir de modelos translocais. De modo semelhante, ainda que sob maior pressão das forças de mercado, os chamados processos de desenobrecimento urbano (*degentrification*) traduzem uma situação semelhante de desgaste dos projectos e arranjos urbanísticos de requalificação de zonas urbanas desvitalizadas (por exemplo, Sharon Zukin, 1991: 142). A fase pós-enobrecimento é mesmo vista por Neil Smith como dando origem a «uma cidade mais desigualmente desenvolvida, mais polarizada e mais segregada» (Smith, 1996: 211).

5.2. Zona de Intermediação 2: Relações sociais de estranhamento e tolerância

Regressemos à relação dos cosmopolitas e profissionais das terceiras culturas com as culturas locais e os seus actores. Apesar da sua tácita relação de mútua sobrevivência, o contacto entre uns e outros não é directo nem intimista. Diríamos mesmo que configura uma relação social de estranhamento. Se admitirmos agora que cosmopolitas e profissionais das terceiras culturas se conhecem, comunicam e interagem melhor entre si do que com os seus compatriotas, somos forçados a reconhecer que, aos olhos dos membros das comunidades locais, aqueles profissionais se equiparam à figura do estranho, que instiga reserva e distância calculada (Lofland, 1973; Bauman, 1990). A própria sociologia e as restantes ciências sociais mantêm uma relação difícil com essa categoria social do estranho e têm, ao invés, privilegiado ou as relações directas de proximidade e interconhecimento ou as relações de oposição e conflito estabelecidas entre actores sociais.

Aquilo que melhor caracteriza a relação social de estranhamento é o facto de não corresponder nem à relação típica de interconhecimento nem à de conflito. Daí que seja uma relação inscrita na ambiguidade e, logo, portanto, na indeterminação do seu desenrolar e desfecho. Como nos devemos relacionar, interroga-se Zygmunt Bauman (1990), com aqueles que não conhecemos, mas que sabemos não corresponderem aos arquétipos dos conhecidos, amigos ou aliados e familiares próximos, de um lado, e dos inimigos, rivais ou opositores, de outro lado? Ambos, amigos e inimigos, são-nos familiares no sentido em que conhecemos ou julgamos conhecer as suas disposições, gostos, expectativas e comportamentos. Sabemos, portanto, como nos relacionar face a uns e face a outros e presumimos facilmente o seu reportório de acção. Pelo contrário, o estranho é a imprevisibilidade personificada que veio surpreender o quotidiano, sobretudo o quotidiano cidadão. Sem ser um de *nós*, mas também não sendo um dos *outros*, com quem nos habituamos a lidar, o estranho é uma categoria terceira que nos força a reflectir sobre uma série de possibilidades e contingências de comportamentos e atitudes. O estranho é o diverso incógnito perante o qual se suspende qualquer avaliação apriorística. Sem estatuto definido, o estranho reenvia-nos, assim, para uma atitude expectante e tolerante que não se confunde nem com o crédito concedido aos amigos, nem com o descrédito conferido aos inimigos. Por isso, a relação de estranhamento pode esfumar-se sem que chegue a ser possível apor uma identificação ao agente do estranhamento – o que reduz o sentimento de confiança social –, como pode resultar em empatia e proximidade ou em distância e animosidade – o que consolida ou elimina de todo aquele sentimento.

O relacionamento do cidadão comum com as propostas dos profissionais das terceiras culturas pode ser perspectivada em termos semelhantes à relação quotidiana de encontro trivial e prosaico entre estranhos na cidade. Na verdade, a tolerância social e cultural de hoje encontra o seu fundamento neste repetido encontro de estranhos que sempre esteve inscrito nas formas de organização e de sociabilidade características das cidades modernas. A intromissão de novas figuras sociais promovidas pela globalização da cultura apenas veio ampliar e diversificar as modalidades de estranhamento e tolerância cultural.

A ideia de tolerância percorre a generalidade dos estudos sociais dedicados à cidade moderna e contemporânea.²³ Trata-se de uma atitude reflexiva de relacionamento com o estranhamento social, cultural ou étnico, contida no universo convivencial dos nossos dias. Estamos destinados, como sugere Norbert Elias (1989), a ser tolerantes por necessidade e não por virtude, ou seja, por imperativo elementar da nossa adequação à civilização moderna e à cultura urbana.

Todavia, os significados da tolerância podem ser diferenciados. Deste modo, Lyn Lofland estabelece uma distinção entre tolerância negativa e tolerância positiva (Lofland, 1998). Segundo a autora, a tolerância negativa exprime indiferença e distância e surge sempre que, encontrando-se embora num mesmo espaço confinado, por exemplo a praça pública urbana, as pessoas não interagem nem comunicam entre si ou segregam-se e invisibilizam-se simbolicamente (*ibid.*: 238). Esta tolerância negativa corresponde à situação de «indiferença civil» sobre que Erving Goffman se deteve nos seus estudos sobre as relações sociais em espaços públicos (Goffman, 1963), da qual ressalta uma «aceitação» dos estranhos apenas enquanto puderem ser mantidos à distância ou fixados numa condição de subordinação.²⁴ Em contraposição, a tolerância positiva enuncia uma apreciação favorável das diferenças e promove situações de reconhecimento e de interacção social. Essencial para a prática desta tolerância

23. Desde os estudos mais clássicos de Georg Simmel (1997b), ou Louis Wirth (1997) e Robert Park (1967), até aos mais recentes de Jane Jacobs (2000), Richard Sennett (1978) ou Lyn Lofland (1998), a cidade é, quase por definição, vista como geradora potencial de tolerância e civilidade perante a heterogeneidade. Evidentemente que a tolerância é também susceptível de interpretações conservadoras sempre que apazigua consciências através do descomprometimento e da indiferença perante as diferenças e as desigualdades de classe ou a opressiva marginalização social.

24. A retórica da hospitalidade, tão recorrente nas campanhas de promoção turística por exemplo, tem implícito um modo de relacionamento em tudo semelhante à atitude descrita. O princípio da hospitalidade turística traduz supostamente um elevado grau de intimidade entre anfitriões (locais) e visitantes (turistas). Contudo, pressupõe uma relação de reciprocidade que é estipulada unilateralmente por quem recebe, o que significa que assenta numa estratégia de fragilização ou inferiorização do estatuto do estranho visitante. Em resultado disso, este pode mostrar-se relapso e não corresponder à reciprocidade presumida, o que, sem falsear a retórica da hospitalidade, altera, no entanto, o seu conteúdo de suposta reciprocidade (Fortuna, 1999: 52).

positiva é a segurança física mas também psíquica dos sujeitos,²⁵ para o que é determinante, por sua vez, a qualidade e a segurança dos espaços de passagem e de residência da cidade (Lofland, 1998: 239-240).²⁶

Richard Sennett, no seu célebre ensaio sobre *Os usos da desordem*, discorreu sobre a tolerância social, entendida como um relacionamento pró-activo entre indivíduos dispostos a negociar, autonomamente e sem a intromissão de entidades terceiras, acordos sobre aquilo que os diferencia, numa relação equitativa e sem que nenhuma das partes subordine a outra nem perca, por isso, a sua própria condição e individualidade (Sennett, 1970). Esta seria uma situação de tolerância positiva que prefigura a mais genuína forma de democraticidade contida nas relações sociais urbanas.²⁷ Todavia, num outro ensaio não menos célebre – *A Queda do Homem Público* – Richard Sennett veio esclarecer que a negociação que pode alcançar-se no relacionamento directo e não mediado dos sujeitos diz respeito fundamentalmente a aspectos menores da vida social (Sennett, 1978). Estaríamos agora perante uma situação de tolerância negativa, na medida em que os indivíduos são impelidos a retrair-se perante o confronto directo das suas diferenças com outros, sobretudo das diferenças essenciais e mais significantes do ponto de vista social e cultural.

Nesta situação não são apenas as pessoas que se superficializam e banalizam os seus contactos. É o próprio espaço público da cidade que se vê empobrecido. Empobrecimento que é duplo, podemos afirmar. De um lado, porque no espaço público se desenrolam e disputam assuntos e diferenças menores e, de outro lado, porque as questões substantivas da vida social e cultural passam a ser privilégio da regulação institucional. A qualidade da cidadania e da vida cívica ressentem-se precisamente desta menorização da vida pública. O recuo dos indivíduos do espaço público e a atrofia qualitativa deste último tendem a circunscrever as negociações políticas aos espaços privados, familiares, domésticos ou corporativos.

25. Recorde-se que o desequilíbrio psíquico e emocional foi tradicionalmente visto como uma das principais ameaças à personalidade dos residentes das metrópoles. Georg Simmel refere-se-lhe do seguinte modo: «Se aos incessantes contactos públicos das pessoas nas grandes cidades correspondessem as mesmas reacções interiores dos contactos que têm lugar na pequena localidade, ... estaríamos completamente atomizados interiormente e cairíamos numa condição mental deplorável» (Simmel, 1997b: 36).

26. Lyn Lofland refere-se também a «características demográficas» que promovem a tolerância positiva, como sejam níveis de escolaridade e *status* social elevados e condições familiares que podem definir contextos sociais em que opera uma espécie de princípio de demonstração, segundo o qual a frequência de ambientes sociais de tolerância instiga a atitude tolerante (Lofland, 1998: 240).

27. De modo semelhante, Boaventura de Sousa Santos, embora num outro registo temático de discussão, elaborou uma fórmula igualmente reveladora do que pode ser uma prática democrática do relacionamento intercultural: «as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza» (Santos, 1994: 30).

Ainda que possamos reconhecer, com Sennett, o papel essencial que estes espaços desempenham, pois que «os seres humanos necessitam de criar uma certa distância face à observação íntima, feita por outros, de modo a poderem sentir-se sociáveis» (Sennett, 1978: 15), a questão reside em saber em que condições e com que objectivos retornam os indivíduos ao espaço público das cidades. O clássico estudo de Jane Jacobs aconselharia a encontrar a solução na articulação íntima entre espaços públicos e privados e evitar que, embora distintos, se tornassem totalmente estranhos e desligados uns dos outros (Jacobs, 2000). Contudo, o crescimento da suburbanização e a segregação espacial das funções residenciais das funções profissionais, culturais e de interacção não têm deixado de estabelecer fronteiras entre a esfera doméstica e familiar e o espaço público das cidades. O problema parece ser menos o das condições de acessibilidade física aos espaços públicos das cidades, e mais a sistemática criação de espaços inertes, com cada vez menos sentido de lugar. A experiência do lugar surge crescentemente subordinada à lógica do movimento, da mesma maneira que, em numerosas políticas e planos urbanísticos, os sujeitos são tratados como utentes em contínua deslocação para outros destinos, incluindo a sua residência. Não há, ou há cada vez menos, políticas e planos de ocupação e partilha culturalmente significativa dos espaços públicos de co-presença nas cidades. A sua invenção é, de alguma forma, a própria reinvenção da cidade e a regeneração da cultura urbana. Há-de começar por actos simples mas culturalmente significativos, como, por exemplo, a revalorização dos sítios e espaços ordinários do quotidiano, ou a transformação de não-lugares em lugares de reapropriação das identidades, ou a integração dos marcadores históricos da cidade nos ambientes socialmente vividos. O que está em causa é a diminuição da intensidade e da frequência com que se insinuam nos quotidianos urbanos as ambivalentes relações sociais de estranhamento e a supremacia dos espaços domésticos como refúgios.

5.3. Zona de Intermediação 3: Domesticidade e práticas socioculturais

Esta digressão sobre a tolerância como forma de relação ou, mais especificamente, como instrumento mediador da relação entre sujeitos em contextos públicos e multiculturais, tem uma aplicação directa à descrição que fizemos anteriormente dos ciclos de governação política em Portugal e ao recuo do espaço público nas cidades portuguesas após 1974. A nossa interpretação acentuou sobretudo a institucionalização deste espaço de negociação pelo que descrevemos como processo de gradual cooptação e regulamentação do dinamismo

da sociedade civil. Não nos referimos, então, à busca de refúgio em espaços de intimidade pessoal e privada que a recessão do domínio público pressupõe. Partindo do princípio que o confronto com a alteridade é sempre interpelante das identidades individuais e colectivas, procurámos problematizar algumas das condições em que os contextos privados e familiares operam reajustamentos da personalidade dos sujeitos que os adequem aos imperativos da vida urbana democrática. Recorremos, assim, a uma ilustração particularizada e breve, centrada nos modos como tendem a estruturar-se as práticas de consumo cultural dos portugueses.

Os principais traços caracterizadores destas práticas de consumo cultural que queremos assinalar são, por um lado, a preponderância das práticas culturais domésticas e a redução socialmente selectiva da variedade de práticas cumulativas. Por outras palavras, a casa é um lugar charneira do consumo cultural dos portugueses, cuja variedade se reduz ou «afunila» de acordo com critérios formais de escolaridade e competências culturais. Daqui resulta que o consumo cultural exo-domiciliário, por exemplo o consumo e participação em actividades culturais levadas a efeito em espaços e equipamentos públicos dedicados, tende a restringir-se na medida em que requer graus relativamente sofisticados de capacidades, competências e gostos culturais (entre outros, Conde, 1997; Abreu, 2000; Fortuna e Silva, 2001). Para além de outras circunstâncias como, por exemplo, o modo de organização e estruturação da oferta cultural e a polarização nas cidades de Lisboa e Porto da maioria esmagadora dos equipamentos, agentes e eventos culturais, este consumo da cultura no interior da casa e a redução selectiva do consumo cultural fora dela são reveladores de fortes constrangimentos e alinhamentos sociais, políticos e económicos. Nos seus prolongamentos, estas características suportam duas interrogações maiores: a primeira respeita à natureza do espaço doméstico como espaço de fechamento ou de alargamento dos relacionamentos culturais dos indivíduos e a segunda reporta-se à natureza de enclave sociocultural em que se processa a generalidade das práticas e dos consumos culturais dos portugueses.

A questão inicial deste texto – o papel da cultura como agente de dinamização ou retracção da vida social das cidades – impõe que se relativize a recorrente insistência na esfera doméstica como o espaço de atomização dos sujeitos e se considere a hipótese, validada pelo facto de aí se estruturarem as suas mais significativas práticas e consumos culturais (Abreu, 2000),²⁸ de servir como

28 Uma das linhas de reequacionamento do lugar do espaço doméstico na estruturação das práticas culturais tem vindo a ser problematizada através do seu confronto com as chamadas práticas de saída. Paula Abreu tem insistido na reinterpretção dos significados destas práticas de saída que «não podem ser entendidas como práticas vazias de conteúdo ...[e]... convocam actividades, significados e espacialidades que se

patamar de acesso aos espaços públicos. Essa reinterpretção passa pela revisão do sentido atribuído normalmente à dimensão empírica que regista uma assinalável diversidade de equipamentos culturais domésticos (rádio, TV, vídeo, computador, telefone e fax) no recheio das residências privadas, nomeadamente em contextos urbanos. Na verdade, como tem sido argumentado, os avanços da tecnologia, da técnica de miniaturização e da portabilidade dos equipamentos, e da própria lógica do mercado, visível quer no abaixamento dos preços da informação quer no desenvolvimento de modalidades novas de crédito pessoal e familiar, estão a tornar auto-suficientes as residências particulares, nomeadamente no que diz respeito ao acesso a sons, imagens, à informação e à comunicação em geral (Benko, 1997: 25). O crescimento do entretenimento em contexto doméstico está hoje de tal modo divulgado que nos dispensamos aqui de o documentar.

A hipótese que queremos desenvolver a partir desta constatação tem como premissa a já referida constituição potencial de um novo *ethos* cosmopolita e progressista facilitado pelo uso de novas tecnologias. Transpostas para o domínio da casa auto-suficiente em matéria de equipamentos culturais, tais circunstâncias – novas tecnologias e novo *ethos* cosmopolita – implicariam uma revisão do significado social das práticas culturais domésticas e dos seus realinhamentos com a cultura global. A casa pode ser vista hoje como um espaço de abertura activa (e não apenas de passiva receptividade) a tudo o que se passa no mundo e não mais apenas um lugar recatado de privacidade ou repouso, posto à margem das tendências convulsivas da política ou da cultura. No mesmo sentido, embora deslocando a sua argumentação para o domínio das relações de trabalho e das ocupações profissionais, se pronunciou Robert Rochefort, ao chamar a atenção para a multifuncionalidade da casa de hoje, nomeadamente em vista das novas modalidades de trabalho flexível – teletrabalho e trabalho independente – e a correspondente incidência na alteração do seu tradicional significado social (Rochefort, 1997). A casa foi sempre e continua hoje a ser um espaço de trabalho para numerosos contingentes de mulheres entregues às chamadas lides domésticas, da mesma maneira que permanece como lugar de trabalho para um também numeroso conjunto de trabalhadores domésticos sub-

têm revelado importantes nos processos de sociabilidade dos jovens, na constituição e renovação de redes de sociabilidade e de interconhecimento, na formação de estilos de vida e na mediação de processos identitários» (Abreu, 2000: 127). No mesmo sentido, pode ver-se também o trabalho conjunto de Fortuna *et al.* (1999). Em vista da tendência para que a domesticidade reforce e faça cristalizar as hierarquias sociais, relacionadas com as disposições estéticas e os contextos de socialização, outros trabalhos, por exemplo o de José Madureira Pinto (1994) e de Augusto Santos Silva (1999: 11-22), têm insistido na necessidade de políticas culturais e educativas consistentes que promovam a democratização cultural em Portugal.

-contratados. O que Robert Rochefort salienta, no entanto, é a tendência recente para este espaço doméstico ampliar a sua versatilidade, à medida que nele se albergam novas actividades profissionais e modalidades de trabalho que crescentemente o fazem assemelhar-se ao escritório ou à empresa.²⁹ O uso, a um tempo profissional e privado, da casa induz por vezes o aumento da área média dos apartamentos individuais, o que provoca uma crescente subdivisão e especialização de espaços interiores,³⁰ alterando o próprio sentido do conforto que pode oferecer, cada vez mais aferido em função da sua polivalência e do grau de equipamento tecnológico que suporta (Rochefort, 1997: 80-93).

A ideia da casa como refúgio, aliada à fragmentação e à especialização funcional dos seus compartimentos, não é nova e tem servido para justificar o histórico processo de constituição da individualidade na modernidade, a que consagrados autores, como Jürgen Habermas (1989), Norbert Elias (1989) ou Philippe Ariès (1988), entre outros, já se dedicaram. Ao recuperar agora esta ideia de fragmentação interna da residência familiar, desejamos tão-só enunciar a convicção de que a contínua invenção de espaços especializados dentro da casa assinala o também contínuo aprofundamento da individualização dos sujeitos e a sua busca calculada de cada vez mais recônditos espaços de privacidade e isolamento.

Deste modo, como Krishan Kumar salienta, a casa tornou-se um espaço ou relação social «colonizada» por um conjunto de agentes e instituições que lhe são exteriores – por exemplo, a revolução microelectrónica, a cultura do consumo e a «industrialização» da casa. Em resultado, a família encontra-se hoje em perda do sentido específico de espaço de partilha, para se tornar um espaço de deslocalização dos sujeitos (Kumar, 1997: 225-230). Em nosso entender, se, como dissemos anteriormente, os espaços públicos e privados se encontram em relação íntima de mútuas influências, a retracção do espaço social familiar e o advento das formas de agressivo individualismo e autonomia dos sujeitos só podem ser equacionados à luz da própria retracção da sociabilidade pública das cidades contemporâneas.

Esta relação entre espaços públicos e privados levou Daniel Vidal a radicalizar e a levar ao paroxismo a infinita demarcação individualista de territórios

29. Esta transfiguração da casa em local de trabalho pode juntar-se ao conjunto de argumentos que Richard Sennett elabora para assinalar a gradual erosão das relações de companheirismo, solidariedade e lealdade resultantes da flexibilização pós-fordista do trabalho que confluem para o que designa, de modo desafiador, por «corrosão do carácter» dos indivíduos (Sennett, 2000).

30. João Teixeira Lopes oferece uma minuciosa interpretação desta crescente fragmentação e especialização dos espaços interiores da casa, nomeadamente quando trata dos consumos culturais domésticos dos jovens («especialistas da construção de *microcasas*»), da sua «fuga para o quarto» e da quebra da imagem da casa como lugar identitário (Lopes, 2000: 290-1).

dentro do espaço privado e familiar. O argumento expendido é o da implosão do espaço privado, que não traduz uma interrupção das relações de comunicação generalizada com os domínios públicos, mas antes se estilhaça ao acomodar e fazer ampliar no seu seio, como uma espécie de câmara de ressonância, todas as manifestações de catástrofe, agressividade e violência que germinam no quotidiano público da cidade. Por isso, para Vidal, o espaço privado, mais do que um território em processo de transformação, encontra-se hoje ameaçado de autodissolução (Vidal, 1996: 50). A proposta de autodissolução do espaço privado avançada por Daniel Vidal, ao contrário do que se poderia julgar em face da hegemonia do binarismo do pensamento, não envolve uma atitude niilista. Não se trata de pensar que a autodissolução do espaço privado representa a inelutável dissolução do seu oposto – o espaço público –, mas antes de sustentar a semelhança constitutiva de ambos: conflitualidade e agressividade permanentes.

Dito isto, importa salientar os termos da ambiguidade de que se revestem a casa e a família nos nossos dias. Se, por um lado, com a globalização da cultura e as novas tecnologias, a casa se «mundializa» e os sujeitos podem comunicar com universos culturais distantes, situados algures no que Mary Ann Tétreault (1988) designaria por «meta-espaço», por outro lado, esta é uma «comunicação solitária», como lhe chamaria Georges Benko (1997: 25). Esta «comunicação solitária» não é um artefacto retórico nem uma mera *contradictio in adjecto*, e expressa de modo cada vez mais fiel a realidade contemporânea em que sujeitos em casa absorvem, se expõem ou participam em amplas e diversificadas redes de comunicação, de símbolos e imagens, com um grau tal de intensidade que fragiliza a relação de comunicação familiar que, para muitos, continua a ser vista como o conteúdo funcional essencial da domesticidade. A «comunicação solitária» reenvia-nos, portanto, para modalidades de justaposição e intersecção de domínios de acção, pondo em causa a validade heurística de todas as designações nominalistas usadas para identificar esses domínios ou espaços.

5.4. Zona de Intermediação 4: Espaço social de proximidade relacional

Na sequência do que acabamos de dizer sobre a falência das designações nominalistas dos espaços, vale a pena enunciar apenas outras duas situações que problematizam o valor heurístico da dicotomia público-privado.

A primeira situação enuncia o modo como os significados da cidade e da cultura urbana mobilizam o corpo e a capacidade cognitiva e sensorial dos sujeitos, inviabilizando o sentido material das fronteiras entre o que é público e o

que é privado. Por exemplo, as chamadas paisagens sonoras, olfactivas ou visuais das cidades podem permitir aos sujeitos experimentarem a cena pública urbana a partir do seu mais recatado isolamento, ou, inversamente, podem invadir e intrometer-se no seu espaço pessoal e privado de modo irrestrito (Fortuna, 1999).

A segunda situação põe em evidência o modo como acções materiais concretas podem alterar o significado simbólico dos espaços, interpelando de novo a sua distinção. Por exemplo, o parque ou jardim «público» que é temporariamente ocupado por cerimónias ou festividades privadas, ou a esplanada que se instala no passeio público, ou o recanto protegido da rua onde os sem-abrigo dormem ou cozinham, da mesma maneira que, ao invés, o centro comercial é acessível a (quase) todos, são situações em que o público é privatizado e o privado se torna público ou quase público.

Constatações empíricas deste género têm alimentado um permanente esforço de reformulação teórico-analítica e dado origem a propostas conceptuais novas. Algumas destas propostas – por exemplo, a adopção de designações como espaços «públicos-privados» ou «privados-públicos», ou espaços «semi-públicos» ou «semi-privados» – denotam uma preocupação com as configurações espaciais compósitas, resultantes da intrusão recíproca de domínios ou da justaposição dos seus significados.

Há sempre algum efeito de surpresa ou de insegurança potencial quando deparamos com alterações inesperadas da lógica da funcionalidade material dos espaços e dos respectivos significados simbólicos. A incerteza tende a insinuar-se por entre os nossos códigos de relacionamento e interacção, de modo em tudo semelhante ao que sucede numa relação social de estranhamento de desfecho incerto.

No desenrolar desta incerteza, é por entre manifestações de ambivalência de valores e significados que nos movemos e somos impelidos a reconstituir novas referências e códigos interpretativos que contextualizem e dêem sentido à nossa identidade e acção. Esta busca do sentido do lugar é tão subsidiária dos modos de organização dos espaços físicos das cidades como das espacializações sociais geradas no nosso quotidiano de relações. Perante os efeitos da globalização e em situações de hegemónica cultura urbana, em que espaços públicos e espaços privados se tocam, recombina e hibridizam a cada instante, aquelas espacializações sociais por que se repartem as identidades e as formas de sociabilidade dos sujeitos são também elásticas e magmáticas. Corroboram e ampliam o espírito de surpresa e insegurança motivado pela alteração das funções e significados dos espaços. O facto de se viver em situações que não são nem as situações típicas do espaço público (que retrocede e vê continuamente alterada a sua natu-

reza) nem do espaço privado (que implode ao mesmo tempo que se mundializa a cada instante) gera uma busca incessante de (novas) seguranças, não apenas físicas, mas sobretudo mentais e ontológicas. O que essa busca revela é um modo de viver *em fronteira*, sempre num *outro espaço* interpelante, que, por isso, tem que ser reconstruído nos seus significados para fazer e dar sentido à vida que nele se vive. Re-situar a personalidade implica redesenhar espaços mentais e contextos relacionais na cidade e na cultura urbana. O desafio é tanto maior quanto, em contexto de globalização e hegemónica cultura urbana, a maioria das matrizes estruturantes do sentido de pertença dos indivíduos foi profundamente alterada ou desapareceu irremediavelmente.

A literatura socioantropológica tem-nos forçado a reflectir sobre situações de imaginação criativa e mesmo transgressiva de novas comunidades de relação.³¹ Trata-se, no campo da teoria, de ensaiar alternativas conceptuais à relação binária entre espaços públicos e privados. O padrão epistemológico desta reconceptualização é marcado por um princípio de possibilidade de reagrupamento cultural e social dos sujeitos, adequado às condições socioculturais da vida actual. Não se trata apenas de pensar uma relação instrumental mútua entre o público e o privado em que, por virtude ou necessidade, cada um destes estipula as condições de relação com o outro – como no caso da esfera privada como espaço de reserva e alimento das sociabilidades públicas (Sennett, 1978, *supra*) – mas, pelo contrário, trata-se de enunciar espaços de interlocução e articulação das dimensões públicas e privadas da vida social e cultural.

As «zonas de contacto» propostas por Mary Louise Pratt (1997) sugerem precisamente estes patamares de contágio e influência mútua dos domínios públicos e privados e das expressões culturais e políticas, sejam elas globais ou locais, hegemónicas ou lateralizadas e marginais. Estas «zonas de contacto» podem ser lidas como uma espécie de substrato em que podem germinar espacialidades sociais singulares, fruto de cruzamentos e readaptações das culturas.

Uma das mais frequentes formas de espacialização social que se estabelecem à luz das «zonas de contacto» das cidades contemporâneas são os universos de relações de vizinhança, amizade, companheirismo e interconhecimento pessoal ou de trabalho que designaremos por espaços sociais de proximidade relacional.³² Trata-se de espaços de interacção, situados algures entre o domínio público (de livre acesso e sociabilidade ou comunicabilidade irrestrita) e o pri-

31. Estamos a pensar em contributos como os de Victor Turner (1969), sobre os espaços *liminares e liminóides*, de Michel Foucault (1986), sobre as *heterotopias*, de Peter Stallybrass e Allon White (1986), sobre a *carnavalização* dos espaços e das lógicas de poder, de Edward Soja (1996) sobre o *terceiro espaço*, de Benedict Anderson (1983) sobre as *comunidades imaginadas*.

32. Em estudo recente, Lyn Lofland refere-se ao que designa por «esfera paroquial» (*parochial realm*) para

vado (das relações domésticas e familiares limitadas), em que predominam relações entre biografias sociais ou profissionais conhecidas.

Nestes espaços de proximidade e interconhecimento têm lugar as mais frequentes relações sociais que estabelecemos na cidade, através das quais, sob certas condições, se conserva ou fortalece o sentimento de pertença e identidade colectiva e social que a institucionalização do espaço público pulverizou. Estas espacializações sociais podem, igualmente, promover o alargamento e a diversificação das relações sociais, em contraposição ao fechamento individualista e de «solidão comunicativa», levado ao paroxismo pela ilimitada fragmentação do domínio privado e da domesticidade.³³

Um dos traços salientes destas espacializações é servirem de campo de retração de sentido das mensagens culturais, imagens ou textos, oriundos de campos culturais ou políticos amplos e mesmo opostos e, ao mesmo tempo, permitirem a criatividade cultural e relacional dos indivíduos. Para tanto, os espaços de proximidade requerem um determinado grau de partilha de referências culturais, à luz das quais os indivíduos se confrontam com a diversidade e a alteridade e as avaliam permanentemente. A reflexividade é assim uma espécie de âncora que, ao fixar os termos da constituição destes espaços sociais de proximidade relacional, se modifica e altera tornando clara a instabilidade e a mutabilidade das próprias identidades dos seus membros. Os espaços sociais de proximidade relacional encontram-se, assim, sempre inacabados e em processo de redefinição.

São diversas as circunstâncias em que podemos ilustrar estes espaços de proximidade relacional. Assim sucede, por exemplo, com a chamada comuni-

nomear o sentido de compromisso estabelecido »entre conhecidos e vizinhos que instituem relações interpessoais no quadro das «comunidades» (Lofland, 1998: 10). Trata-se, a nosso ver, de uma variante restrita daquilo a que estamos a chamar espaço social de proximidade relacional, porquanto o universo referencial de Lofland é constituído pela «comunidade» residencial típica dos subúrbios das cidades americanas que, como tem sido demonstrado – e à semelhança do que apontamos antes como limites ao novo *ethos* global em formação – se rege por linguagens utilitárias e individualistas que excluem o confronto com a diversidade e a alteridade (Bellah, 1985).

33. Podendo embora ser alinhados de acordo com laços de afectividade e de subjectividade, os espaços sociais de proximidade relacional não devem ser confundidos com as espacializações sociais que Michel Maffesoli (1988) designou por «novas tribos» e com aquelas a que, nos anos 20, Herman Schmalenbach (1977) chamara «associações comunais» (Hetherington, 1998). Ambas – «novas tribos» e «associações comunais» – resultam de escolhas pessoais, subjectivas e sentimentais e ignoram os efeitos de reflexividade sobre a personalidade individual dos sujeitos, desprezando as relações de poder e os constrangimentos (classe, género, etnicidade, etc.) actantes sobre as suas opções «livres». «Novas tribos» e «associações comunais» constituem-se em redor de laços de afectividade e, mesmo nos casos de forte codificação normativa interna, como as «seitas religiosas», podem surgir destituídas de vínculos e compromissos persistentes, mostrando-se, por isso, mais aptas ao fomento de adesões fugazes e identificações espúrias e meramente subjectivadas (Fortuna, 1997: 25) do que à negociação partilhada dos significados, símbolos e modos de acção cultural e política.

dade residencial, a que a literatura sócio-anropológica sobre as cidades e as metrópoles tem dedicado atenção muito particular, desde há muito. Entre nós, neste domínio, o estudo recente de António Firmino da Costa (1999) situa-se nesta orientação metodológica e oferece do bairro lisboeta de Alfama um sentido particular de uma «sociedade de bairro», em que «se geram formas de *identidade cultural* especificamente assentes nas relações sociais locais e inscritas no cerne dos padrões culturais que, impregnando de modo constitutivo essas relações sociais [...] delas continuamente emergem» (Costa, 1999: 82). Quer dizer, a «sociedade de bairro» e as relações sociais e culturais locais que a tipificam não são relações fixas nem abstractas, nem sequer entidades desligadas dos contextos sociais e culturais envolventes. Nelas negociam-se a todo o instante os sentidos das influências e mensagens externas que, recombinaadas, são devolvidas sob forma de identidade cultural readaptada.

Um segundo contexto ilustrativo são as subculturas juvenis, os enclaves de estilos de vida, ou o grupo de amigos em que decorre grande parte das actividades e consumos culturais urbanos, por efeito de constrangimentos e alinhamentos impostos por critérios etários, de género, de classe, étnicos ou residenciais. João Teixeira Lopes (2000), ao deter-se sobre as modalidades de consumo cultural predominantes entre jovens portuenses, destacou este sentido de grupo, tão flexível quanto selectivo, como uma das expressões mais divulgadas de as camadas urbanas mais jovens saírem de casa e entrarem e conviverem no espaço público e aí se relacionarem com as mensagens culturais mais diversas.³⁴ Em muitas situações, torna-se patente o modo como este espaço de proximidade relacional é atravessado por um «inquietante paradoxo» entre os seus universos, relativamente desordenados, de práticas e referências culturais e as representações mais alinhadas por critérios convencionais (Lopes, 2000: 338), o que assinala justamente a negociação de sentidos que se gera no interior daquela espacialização social.

Um terceiro e último exemplo diz respeito à relação de contratualidade que, em contextos de proximidade relacional, os indivíduos estabelecem com alguns espaços públicos das cidades e os seus significados. Esta relação confere aos espaços públicos o sentido de espaços produzidos socialmente, como se lhes referiria Henri Lefebvre (1991), pois que suportam e conferem sentido às acções e às relações sociais que neles se expressam. Alguns destes espaços – como os complexos histórico-monumentais – são espaços orgânicos com espessura simbólica, histórica e identitária própria. Outros são fruto de lógicas puramente

34. Análises semelhantes sobre a convivialidade juvenil e as práticas culturais pode, por exemplo, encontrar-se em João Sedas Nunes *et al.* (1989), ou em José Machado Pais (1993, 1998).

mercantis – como os espaços e superfícies comerciais – e, outros ainda, obedecem a uma lógica combinada de cultura e mercado – como os espaços especializados de produção e consumo culturais ou os lugares de realização de eventos culturais efémeros. Todos eles, apesar da sua lógica de significação própria, material ou simbólica, encontram-se em vias de serem hegemonzados pelos princípios ordenadores do consumo, mesmo os espaços monumentais e históricos das cidades, e, nesse sentido, mostram-se cada vez mais aptos à geração de contextos em que os sujeitos se vêem arrastados para uma condição alienante e atomizada. Esta hipótese, contida na caracterização que Boaventura de Sousa Santos oferece do «espaço estrutural do mercado», deve, no entanto, ser confrontada com outras lógicas (espírito de comunidade e associação, relações de afectividade, objectivos de encontro e entretenimento, ou mesmo estratégias de emblematização das identidades) que, potencialmente, alimentam acções de maior e mais intensa participação cívica dos sujeitos.³⁵

Apesar de crescentemente sujeita à pressão da mercantilização, da privatização e do consumismo, esta participação cívica, fomentada por grupos de proximidade relacional, parece ser um capital de reserva que pode reintroduzir alguma qualidade de vida social e cultural nas cidades. A condição para que o faça é a redinamização cultural dos espaços públicos, o que é um objectivo que tem que ser conjugado numa espécie de conferência de consenso entre representantes políticos das cidades, especialistas e profissionais das terceiras culturas, agentes e responsáveis culturais locais e associações diversas de natureza cultural e cívica. Esta conferência de consenso sobre as cidades e o seu redesenvolvimento cultural tem, portanto, que ser uma prática cultural regular, atenta a culturas diversas, a linguagens e projectos por vezes dissonantes e a valores e sentidos plurais de lugar. O redesenvolvimento cultural da cidade é a transformação cultural desta última, que não sendo perversa, em si, pode, no entanto, ter efeitos perversos sobre a coesão social. As espacializações sociais de proximidade relacional podem ser um terreno donde brote um sentido apurado e renovado de cultura urbana, que contenha a mediocridade de muitas instituições políticas e culturais, a arrogância e a insensibilidade de muitos profissionais das terceiras culturas e o utilitarismo de muitos investimentos e usos dos espaços públicos.

Está ainda por fazer uma avaliação cuidada e sistemática das experiências portuguesas de reconversão e enobrecimento urbanos com base na actividade e na gestão da cultura. Tal não invalida que possamos, a terminar, identificar

alguns riscos ou desafios políticos e culturais que, à luz de outras experiências, poderão também estar a verificar-se em Portugal.

Um primeiro tipo de risco é o de muitas das medidas de enobrecimento urbano poderem constituir-se em acções de reforço ou cristalização dos privilégios das elites, desde logo das elites locais, e oferecerem, assim, um carácter «exclusivo» dos lugares e acontecimentos que excluem ou condicionam o acesso e o usufruto por parte de outros grupos sociais. Um segundo risco é o que subjaz a uma deficiente articulação entre medidas de promoção da competitividade internacional das cidades e das suas imagens e respostas às expectativas de grupos culturais mais populares e marginais. Em terceiro lugar, as acções de revalorização e enobrecimento urbano, na medida em que sejam sustentadas na estetização e espectacularização da cidade e obedeçam apenas a critérios de mercado e lucro, podem fazer perder de vista e mesmo descaracterizar expressões culturais e identitárias locais.

Por estas razões, o sentido do planeamento urbano e cultural das cidades deve ser o de uma conferência alargada de consulta e participação de decisores políticos, cidadãos, agentes e criadores culturais, mas também grupos e associações que possam acautelar o desenvolvimento cultural da cidade com requisitos da moderna cidadania. Em situações ainda numerosas e marcantes de precariedade de recursos técnicos, culturais e artísticos, e perante o desenvolvimento da cultura global e das terceiras culturas, pode ocorrer que projectos, pontuais ou continuados, de promoção cultural das cidades sejam da responsabilidade exclusiva de profissionais da cultura cosmopolita, com maior ou menor vínculo com os contextos locais. Se o redesenvolvimento cultural das cidades quer significar o reequacionamento das condições de vida pública urbana no sentido de maior participação, menor desigualdade e mais tolerância face à diversidade cultural, sobre o pano de fundo da globalização e dos constrangimentos das políticas culturais – locais e centrais – em Portugal, não podemos senão concluir sob o desfecho incerto que esse redesenvolvimento pronuncia: o espaço público urbano tanto pode vir a ser redinamizado como espacialidade mais ampla e diversificada, como pode ser instrumentalizado e consolidar as hierarquias existentes, como pode ainda, o que quer dizer a mesma coisa, continuar a ser marginalizado em favor de outras espacialidades sociais mais restritas.

6. CONCLUSÃO

Começámos com Rousseau e a sua perplexidade sobre o lugar das artes performativas na cultura urbana das pequenas cidades. Ao chegarmos ao fim deste

35. Continuamos, assim, a fazer uma interpretação livre das consequências culturais e políticas possíveis da análise de Boaventura de Sousa Santos (1995) sobre os «espaços estruturais», já referidos acima.

texto, o seu receio parece-nos de grande actualidade por obrigar a reflectir sobre o significado das práticas culturais nas cidades contemporâneas, qualquer que seja a sua dimensão. Os efeitos da globalização e do mercado sobre as condições de produção, circulação e consumo dos bens e serviços culturais, ao mesmo tempo que nos põem perante cenários totalmente diversos daqueles sobre que Rousseau reflectia, actualizam a sua preocupação acerca do desvirtuamento das culturas locais e do sentido de lugar de Genebra, feito às mãos dos influentes programas culturais de Paris.

O que mais nos distancia de Rousseau e da sua *Lettre...* é a relação de pluralidade cultural que encontramos hoje nas cidades. São múltiplos as mensagens e os ideários dispersos que hoje se confrontam; e esse confronto pluraliza o significado da cultura urbana. É impossível, por isso, determinar com exactidão que traços culturais melhor exemplificam e promovem uma cidade. Perante um mercado de imagens urbanas que se intensifica à escala planetária, contudo, as cidades não deixam de se insinuar através de marcadores culturais escolhidos e tematizados de forma mais ou menos aleatória. Tal selecção de recursos, imagens e discursos, ao seleccionarem certos ingredientes culturais lateralizam outros. Viver ao lado da cultura hegemónica, porém, pode ser para numerosos grupos sociais uma condição de reavaliação de si e do próprio mundo. Estar naquela margem que represente *scarto*, distância produtiva, pode, por isso, revelar-se uma forma criadora de emancipação cultural e política. Mas uma coisa é pôr-se deliberadamente à margem e outra coisa totalmente diferente é ser-se forçado à condição de marginal. As práticas e as políticas culturais urbanas contêm este risco de marginalização autoritária. A globalização tem-no aprofundado.

Na verdade, com ela foi-se desfigurando o sentido dinâmico do espaço público urbano. Em Portugal, à semelhança de outras situações, a institucionalização deste espaço público correspondeu ao seu gradual esvaziamento. A cultura foi reinterpretada e devolvida, reformulada, à cidade que parece hoje redensolver-se com essa cultura como detonador. À recessão e crise do espaço público, o espaço privado constitui-se em alternativa frágil. A mesma globalização que o promoveu, ofereceu-lhe mecanismos e instrumentos que o fragilizaram. A casa deixou de ser o recatado lugar de refúgio pessoal e tornou-se, ela própria, espaço de ínfimas fragmentações. O espaço privado parece quase auto-destruir-se por excesso de privacidade. Mas também o faz, podemos dizer, por defeito, isto é, por não ser suficientemente privado e propiciar, com a sua auto-suficiência de equipamentos, relações amplas e universais à distância.

Há um possível novo *ethos* cosmopolita em construção. O seu sentido tem que ser avaliado pelo conteúdo das relações e das comunicações que fomenta.

Não basta dizer que fomenta uma relação entre dois espaços em crise, pois esse *ethos* concretiza-se através da acção de especialistas das terceiras culturas e tem, para além disso, uma materialidade que pode ser testada no modo de organização espacial das cidades. Estes especialistas personificam a cultura global que se vai constituindo e impondo os seus modelos e receitas.

O confronto da cidade com os profissionais globais e as suas referências des-territorializadas é um confronto entre estranhos. Tanto pode gerar aproximações como aprofundar desconfianças e distanciamentos. A questão situa-se, portanto, menos no acesso às suas mensagens do que nos conteúdos e significados que delas se retiram. São mensagens híbridas, compostas de múltiplos ingredientes e significados, sem leituras nem interpretações directas e unilaterais. Parecem, assim, mais adequadas do que à primeira vista se julga aos modos de vida urbanos de hoje. Para as ler, ou tresler, temos que nos situar também em terrenos compósitos e mesclados de referências e códigos interpretativos.

As zonas de intermediação entre aquilo que é local e aquilo que não o é, ou entre aquilo que é central e o que foi lateralizado socialmente, parecem, neste contexto da cultura urbana global, as mais propícias à descodificação destas mensagens e práticas sociais e culturais. De outro modo, deixaríamos instaurar em nós o receio e a insegurança ontológica que a queda do espaço público e a falência anunciada do privado já vinham pronunciando. A vida em grupo, o espírito associativo, o colectivo de trabalho, a relação de vizinhança, as subculturas juvenis, étnicas, políticas podem ser, entre outras, vigorosas espacialidades sociais para nos relacionarmos e darmos sentido a um mundo destinado a ser local e global ao mesmo tempo. Podem instituir-se em potente capital cultural de renovação urbana e cultural e oferecer novos horizontes de qualidade à vida social das cidades contemporâneas. Para tanto, as relações sociais de proximidade têm que ser cultas e cultivadas. É preciso mais cultura, e mais exercício de acção cívica e democrática, para conduzir o redensolvimento cultural das cidades e das suas espacialidades.

É nisto que mais nos distanciamos de Rousseau. Como os genebrinos do seu tempo, estamos todos à mercê de artes e *performances*, políticas e culturais, oriundas de lugares, grupos e universos de referência que não são necessariamente os nossos. Corremos riscos. Mas dessas artes e desses riscos podemos fazer também a nossa própria arte. Por isso, embora genebrinos, não podemos viver sem mais teatro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, Paula (2000), «Práticas e consumos de música(s): Ilustrações sobre alguns novos contextos da prática cultural», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, 123-147.
- Anderson, Benedict (1983), *Imagined Communities*. Londres/Nova Iorque: Verso.
- Appadurai, Arjun (1990), «Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy», in Mike Featherstone (org.), *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity*. Londres: Sage: 295-310.
- Appadurai, Arjun (1996), *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Arantes, António Augusto (1997), «A guerra dos lugares: Fronteiras simbólicas e liminalidades no espaço urbano de São Paulo», in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização: Ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta, 259-270.
- Ariès, Philippe (1988), *A criança e a vida familiar no antigo regime*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Bauman, Zygmunt (1987), *Legislators and Interpreters*. Oxford: Polity Press.
- Bauman, Zygmunt (1990), *Thinking Sociologically*. Londres: Blackwell.
- Bellah, Robert (1985), *Habits of the Heart*. Londres: Hutchinson.
- Benko, Georges (1997), «Introduction», in Georges Benko, Ulf Strohmayer (orgs.), *Space and Social Theory*. Oxford: Blackwell, 1-44.
- Bhabha, Homi (1994), *The Location of Culture*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- Bhabha, Homi (1996), «The Third Space: Interview with Homi Bhabha», in Jonathan Rutherford (org.), *Identity, Community, Culture and Difference*. Londres: Lawrence & Wishart, 207-221.
- Bianchini, Franco; Parkinson, Michael (1993), *Cultural Policy and Urban Regeneration: The Western European Experience*. Manchester, Nova Iorque: Manchester University Press.
- Bianchini, Franco; Schwengel, Hermann (1990), «Re-Imagining the City» in John Corner, Sylvia Harvey (orgs.), *Enterprise and Heritage: Cross Current at National Culture*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 212-234.
- Bourdieu, Pierre (1989), *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Brain, David (1997), «From Public Housing to Private Communities: The Discipline of Design and the Materialization of the Public/Private Distinction in Built Environment», in Jeff Weintraub; Krishan Kumar (orgs.), *Public and Private in Thought and Practice*. Chicago: The University of Chicago Press, 237-267.
- Breitbart, Myrna Margulies (1998), «Dana's Mystical Tunnel: Young People's Designs for Survival and Change in the City», in Tracey Skelton; Gill Valentine (orgs.), *Cool Places: Geographies of Youth Cultures*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 305-327.
- Brotchie, John et al. (orgs.) (1995), *Cities in Competition*. Melbourne: Longman.
- Chambers, Iain (1990), *Border Dialogues: Journeys in Postmodernity*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- Chaney, David (1993), *Fictions of Collective Life: Public Drama in Late Modern Culture*. Londres: Routledge.
- Conde, Idalina (1997), «Cenários de práticas culturais em Portugal», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 23, 117-188.
- Costa, António Firmino da (1999), *A sociedade de bairro*. Oeiras: Celta.
- Crane, Diana (1992), *The Production of Culture. Media and the Urban Arts*. Newbury Park: Sage.
- Davis, Mike (1992), «Fortress Los Angeles: The Militarization of Urban Space», in Michael Sorkin (org.), *Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space*. Nova Iorque: Noonday Press, 154-180.
- Douglas, Mary (1966), *Purity and Danger*. Nova Iorque: Praeger.
- Elias, Norbert (1989), *O processo civilizacional*. Lisboa: D. Quixote [1939].
- Expresso (2000), «O "graffiti" é uma arma». [Catarina Carvalho, 28 de Outubro].
- Featherstone, Mike (1995), *Undoing Culture: Globalization, Postmodernism and Identity*. Londres: Sage.
- Featherstone, Mike (1997), «Culturas globais e culturas locais», in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização: Ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta, 83-103.
- Fernandes, António Teixeira (1999), *Para uma sociologia da cultura*. Porto: Campo das Letras.
- Ferreira, Claudino (1998), «A exposição mundial de Lisboa de 1998: contextos de produção de um mega-evento cultural», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 51, 43-67.
- Ferreira, Vítor M.; Indovina, Francesco (orgs.) (1999), *A cidade da Expo'98*. Lisboa: Bizâncio.
- Fortuna, Carlos (1997), «Destradicionalização e imagem da cidade: O caso de Évora», in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização: Ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta, 231-257.
- Fortuna, Carlos (1999), *Identidades, percursos, paisagens culturais: Estudos sociológicos de cultura urbana*. Oeiras: Celta.
- Fortuna, Carlos et al. (1999), «Espaço público urbano e cultura em Portugal», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 85-117.
- Fortuna, Carlos; Silva, Augusto Santos (orgs.) (2001), *Projecto e circunstância: Culturas urbanas em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Foucault, Michel (1986), «Other Spaces: The Principles of Heterotopia», *Lotus International*, 48-49, 9-17.
- Gilroy, Paul (1993), *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Londres: Verso.
- Ginzburg, Carlo et al. (1991), *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel.
- Goffman, Erving (1963), *Behavior in Public Places*. Nova Iorque: Free Press of Glencoe.
- Habermas, Jürgen (1989), *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge (Mass.): MIT Press, [1962].
- Hannerz, Ulf (1996), *Transnational Connections*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- Hetherington, Kevin (1998), *Expressions of Identity: Space, Performance, Politics*. Londres: Sage.
- hooks, bell (1990), *Yearning: Race, Gender and Cultural Politics*. Boston: South End Press.

- Jacobs, Jane (2000), *The Death and Life of Great American Cities*. Londres: Pimlico [1961].
- Jameson, Fredric (1988), «Cognitive Mapping», in Cary Nelson; Lawrence Grossberg (orgs.), *Marxism and the Interpretation of Culture*. Houndmills, Londres: Macmillan, 347-357.
- Kumar, Krishan (1997), «Home: The Promise and Predicament of Private Life at the End of the Twentieth Century», in Jeff Weintraub; Krishan Kumar (orgs.), *Public and Private in Thought and Practice*. Chicago: The University of Chicago Press, 204-236.
- Lash, Scott; Urry, John (1994), *Economies of Signs and Space*. Londres: Sage.
- Lefebvre, Henri (1991), *The Production of Space*. Oxford: Blackwell [1971].
- Lofland, Lyn (1973), *A World of Strangers: Order and Action in Urban Public Space*. Prospect Heights: Waveland Press.
- Lofland, Lyn (1998), *The Public Realm: Exploring the City's Quintessential Social Territory*. Nova Iorque: Aldine de Gruiter.
- Lopes, João Teixeira (2000), *A cidade e a cultura: Um estudo sobre práticas culturais urbanas*. Porto: Afrontamento.
- Maffesoli, Michel (1988), *Le temps des tribus*. Paris: Méridiens Klincksieck.
- Marques, Filomena et al. (1999), «Traços falantes: A cultura dos jovens graffítters», in José Machado Pais (org.), *Traços e riscos de vida*. Lisboa: Ambar, 175-211.
- Massey, Doreen (1993), «Power Geometry and a Progressive Sense of Place», in Jon Bird et al. (orgs.), *Mapping the Futures*. Londres: Routledge, 59-69.
- McBeath, Graham; Webb, Stephen (1997), «Cities, Subjectivity and Cyberspace», in Sallie Westwood; John Williams (orgs.), *Imagining Cities: Scripts, Signs, Memory*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 249-260.
- Melo, Alexandre (1994), *O lugar de Portugal no mundo da arte contemporânea – nem centro nem periferia*. Lisboa: ISCTE (dissertação de doutoramento).
- Merton, Robert (1968), *Social Theory and Social Structure*. Nova Iorque: The Free Press [1949].
- Miles, Malcolm (1997), *Art Space and the City: Public Art and Urban Futures*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- Minh-ha, Trinh T. (1991), *When the Moon Waxes Red: Representation, Gender and Cultural Politics*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- Mumford, Lewis (1937), «What is a City?», *Architectural Record*, 82, 5, 59-62.
- Nunes, João Sedas et al. (1989), *A convivialidade e a relação com os outros*. Lisboa: Instituto da Juventude/ICS.
- Pais, José Machado (1989), *Usos do tempo e espaços de lazer*. Lisboa: Instituto da Juventude/ICS.
- Pais, José Machado (1993), *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Park, Robert (1967), «The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in an Urban Environment», in Robert Park et al. (orgs.), *The City*. Chicago: Chicago University Press, 1-46 [1915].
- Peixoto, Paulo (1997), *Imagens e usos do património urbano no contexto da globalização*. Coimbra: Faculdade de Economia (tese de mestrado).
- Pinto, José Madureira (1994), «Uma reflexão sobre políticas culturais», in AA. VV., *Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local*. Lisboa: APS, 767-792.
- Pratt, Mary Louise (1997), «Arts of the Contact Zone», in Peter Gibian (org.), *Mass Culture and Everyday Life*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 61-72.
- Rochefort, Robert (1997), *Le consommateur entrepreneur: Les nouveaux modes de vie*. Paris: Editions Odile Jacob.
- Roncayolo, Marcel (1999), *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard.
- Rosaldo, Renato (1997), «Cultural Studies and the Disciplines», in Peter Gibian (org.), *Mass Culture and Everyday Life*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 26-33.
- Rousseau, Jean-Jacques (1948), *Lettre à Mr. d'Alembert (Sur les spectacles)*. Lille: Lib. Giard, Genebra: Lib. Droz. Ed. org. por M. Fuchs [1758].
- Ruivo, Fernando (2000), *O Estado labiríntico*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), «Por uma concepção multicultural de direitos humanos», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48, 11-32.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995), *Toward a New Common Sense. Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. Nova Iorque: Routledge.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001), «Os processos da globalização» (neste volume).
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (1994), «Cultura, aura e mercado», in Alexandre Melo (org.), *Arte e dinheiro*. Lisboa: Assírio & Alvim, 99-134.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (org.) (1998), *As políticas culturais em Portugal*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (1999), «Indústrias culturais: Especificidades e precariedades», *Obs*, 5, 2-6.
- Schmalenbach, Herman (1977), *On Society and Experience*. Chicago: University of Chicago Press, [1922].
- Scott, Allen (2000), *The Cultural Economy of Cities*. Londres: Sage.
- Sennett, Richard (1970), *The Uses of Disorder. Personal Identity and City Life*. Harmondsworth: Penguin.
- Sennett, Richard (1978), *The Fall of the Public Man*. Londres: Faber & Faber.
- Sennett, Richard (2000), *A corrosão do carácter*. Lisboa: Terramar.
- Shields, Rob (1991), *Places on the Margin: Alternative Geographies of Modernity*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- Shields, Rob (1997), «Spatial Stress and Resistance: Social Meanings of Spatialization», in Georges Benko; Ulf Strohmayer (orgs.), *Space and Social Theory*. Oxford: Blackwell, 286-202.
- Short, John Rennie (1991), *Imagined Country: Environment, Culture and Society*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- Silva, Augusto Santos (1994), *Tempos cruzados. Um estudo interpretativo da cultura popular*. Porto: Afrontamento.
- Silva, Augusto Santos (1999), *Parte devida. Intervenções públicas (1992-1998)*. Porto: Afrontamento.

- Silva, Augusto Santos (2001), «A dinâmica cultural das cidades médias: Uma sondagem do lado da oferta», in Carlos Fortuna; Augusto Santos Silva (orgs.), *Projecto e circunstância: Culturas urbanas em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Silvano, Filomena (2001), *Antropologia do espaço: Uma introdução*. Oeiras: Celta.
- Simmel, Georg (1949), «The Sociology of Sociability», *American Journal of Sociology*, 55, 254-261 [1910].
- Simmel, Georg (1997a), «The Sociology of Space», in David Frisby; Mike Featherstone (orgs.), *Simmel on Culture*. Londres: Sage, 137-170 [1903].
- Simmel, Georg (1997b), «A metrópole e a vida do espírito», in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização: Ensaio de sociologia*. Oeiras: Celta, 31-43 [1903].
- Smith, Neil (1996), *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- Soja, Edward (1996), «Los Angeles, 1965-1992: From Crisis-Generated Restructuring to Restructuring-Generated Crisis», in Allen Scott; Edward Soja (orgs.), *The City: Los Angeles and Urban Theory at the End of the Twentieth Century*. Berkeley: University of California Press, 426-462.
- Spivak, Gayatri C. (1988), «Subaltern Studies: Deconstructing Historiography» in Ranajit Guha; Gayatri Spivak (orgs.), *Selected Subaltern Studies*. New York: Oxford University Press.
- Spivak, Gayatri C. (1990), *The Post-Colonial Critic: Interviews, Strategies, Dialogues*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- Stalybrass, Peter; White, Allon (1986), *The Politics and Poetics of Transgression*. Londres: Methuen.
- Tétreault, Mary Ann (1988), «Formal Politics, Meta-Space, and the Construction of Civil Life», in Andrew Light; Jonathan M. Smith (orgs.), *The Production of Public Space*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 81-97.
- Touraine, Alain (1991), «Face à l'exclusion», in Jean Baudrillard et al., *Citoyenneté et urbanité*. Paris: Editions Esprit, 165-173.
- Turner, Victor (1969), *The Ritual Process: Structure and Antistructure*. Nova Iorque: Aldine.
- United Nations (1990), *World Urbanization Prospects*. Nova Iorque: United Nations.
- Urry, John (2000), *Sociology Beyond Societies: Mobilities for the Twenty-First Century*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- Vidal, Daniel (1996), «Le territoire de l'altérité», in Sylvia Ostrowetsky (org.), *Sociologies en ville*. Paris: L'Harmattan, 45-56.
- Virilio, Paul (1989), *Esthétique de la disparition*. Paris: Editions Galilée.
- Weintraub, Jeff; Kumar, Krishan (orgs.) (1997), *Public and Private in Thought and Practice*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Wirth, Louis (1997), «O urbanismo como modo de vida», in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização: Ensaio de sociologia*. Oeiras: Celta, 45-65 [1938].
- Xavier, Beatriz O. (1999), *Cidades, geminações e globalização: A força dos pequenos laços*. Coimbra: Faculdade de Economia (tese de mestrado).

- Young, Robert (1994), *Colonial Desire: Hybridity in Theory, Culture and Race*. Londres: Routledge.
- Zerubavel, Eviatar (1991), *The Fine Line: Making Distinction in Everyday Life*. Chicago/Londres: University of Chicago Press.
- Zukin, Sharon (1991), *Landscapes of Power: From Detroit to Disneyworld*. Berkeley: University of California Press.
- Zukin, Sharon (1995), *The Cultures of Cities*. Cambridge, Oxford: Blackwell.